



Número: **0820663-76.2019.8.15.0001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Cível de Campina Grande**

Última distribuição : **21/08/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **SEGURO, ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
CARLOS ANTONIO DA SILVA JUNIOR (AUTOR)		JOSE ADRIANO FERREIRA DA SILVA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
23693361	21/08/2019 09:20	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
23693387	21/08/2019 09:20	<a href="#">INICIAL - DPVAT DE CARLOS ANTONIO JUNIOR</a>	Outros Documentos
23693389	21/08/2019 09:20	<a href="#">Procuração_Cliente Carlos Antônio da Silva Júnior _judicial DPVAT_46</a>	Procuração
23693392	21/08/2019 09:20	<a href="#">Boletim de Ocorrência_Cliente Carlos Antônio da Silva Júnior _judicial DPVAT (2)</a>	Documento de Comprovação
23693395	21/08/2019 09:20	<a href="#">CNH_Cliente Carlos Antônio da Silva Júnior _judicial DPVAT_37</a>	Documento de Identificação
23693599	21/08/2019 09:20	<a href="#">Carta SIS DPVAT Sinistros_ Cliente Carlos Antonio da Silva Junior</a>	Documento de Comprovação
23693603	21/08/2019 09:20	<a href="#">Comprovante de Residência_Cliente Carlos Antônio da Silva Júnior _judicial DPVAT_42</a>	Documento de Comprovação
23693611	21/08/2019 09:20	<a href="#">Declaração de Atendimento_Cliente Carlos Antônio da Silva Júnior _judicial DPVAT_38 (1)</a>	Documento de Comprovação
23693613	21/08/2019 09:20	<a href="#">Documento do Veículo_Cliente Carlos Antônio da Silva Júnior _judicial DPVAT_41</a>	Documento de Comprovação
23693616	21/08/2019 09:20	<a href="#">DPVAT SIS Sinistro_Cliente Carlos Antônio da Silva Júnior _judicial DPVAT_39</a>	Documento de Comprovação
23693620	21/08/2019 09:20	<a href="#">Laudo Médico_Cliente Carlos Antônio da Silva Júnior _judicial DPVAT_4</a>	Documento de Comprovação
23693629	21/08/2019 09:20	<a href="#">Pedido do Seguro DPVAT_Cliente Carlos Antônio da Silva Júnior _judicial DPVAT_7</a>	Documento de Comprovação
23693632	21/08/2019 09:20	<a href="#">Prontuário de atendimento hospitalar - Cliente Carlos Antônio da Silva Júnior _judicial DPVAT_2</a>	Documento de Comprovação
23693636	21/08/2019 09:20	<a href="#">seguradora líder, protocolo de entreg de documento_Cliente Carlos Antônio da Silva Júnior _judicial</a>	Documento de Comprovação
23693637	21/08/2019 09:20	<a href="#">Ficha de Acohecimento Hospitalar_Cliente Carlos Antônio da Silva Júnior _judicial DPVAT (1)-1-4</a>	Documento de Comprovação
23693638	21/08/2019 09:20	<a href="#">Ficha de Acohecimento Hospitalar_Cliente Carlos Antônio da Silva Júnior _judicial DPVAT (1)-5-8</a>	Documento de Comprovação
23693640	21/08/2019 09:20	<a href="#">Ficha de Acohecimento Hospitalar_Cliente Carlos Antônio da Silva Júnior _judicial DPVAT (1)-9-13</a>	Documento de Comprovação

23693 641	21/08/2019 09:20	<a href="#">Ficha de Acohecimento Hospitalar_Cliente Carlos Antônio da Silva Júnior _ judicial DPVAT (1)-14-17</a>	Documento de Comprovação
23693 644	21/08/2019 09:20	<a href="#">Ficha de Acohecimento Hospitalar_Cliente Carlos Antônio da Silva Júnior _ judicial DPVAT (1)-18-20</a>	Documento de Comprovação
23693 646	21/08/2019 09:20	<a href="#">Ficha de Acohecimento Hospitalar_Cliente Carlos Antônio da Silva Júnior _ judicial DPVAT (1)-21-23</a>	Documento de Comprovação
23693 647	21/08/2019 09:20	<a href="#">Ficha de Acohecimento Hospitalar_Cliente Carlos Antônio da Silva Júnior _ judicial DPVAT (1)-24-26</a>	Documento de Comprovação
23693 648	21/08/2019 09:20	<a href="#">Ficha de Acohecimento Hospitalar_Cliente Carlos Antônio da Silva Júnior _ judicial DPVAT (1)-27-28</a>	Documento de Comprovação
23693 749	21/08/2019 09:20	<a href="#">Ficha de Acohecimento Hospitalar_Cliente Carlos Antônio da Silva Júnior _ judicial DPVAT (1)-29</a>	Documento de Comprovação
24203 052	17/09/2019 17:14	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
25875 802	04/11/2019 11:31	<a href="#">Petição</a>	Petição
25875 810	04/11/2019 11:31	<a href="#">Juntada de Documentos</a>	Outros Documentos
25875 814	04/11/2019 11:31	<a href="#">PEDIDO DO SEGURO DPVAT NEGADO-carta negada pela seguradora Lider</a>	Documento de Comprovação
26443 202	22/11/2019 09:58	<a href="#">Certidão juntada documento</a>	Certidão
27440 215	30/01/2020 12:44	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
28552 006	26/02/2020 14:45	<a href="#">Mandado</a>	Mandado

EM ANEXO





EXCELENTÍSSIMO JUÍZO DA \_\_\_\_ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE-PB.

**CARLOS ANTONIO DA SILVA JUNIOR**, brasileiro, solteiro, pedreiro, inscrito no CPF sob o nº 054.806.564-06, residente e domiciliado na Rua Onildo Ribeiro de Assis, nº 190, Bairro Serrotão, Campina Grande, por intermédio de seu advogado e bastante procurador "in fine" assinado, com escritório profissional localizado no endereço na Rua Praça do Trabalho, 81, São José, 1º andar, sala 103, Campina Grande, com o endereço eletrônico: j.adrianoferreira.adv@gmail.com, onde recebe as citações e intimações de estilo, assim, vem, mui respeitosamente à honrosa presença de Vossa Excelência propor a presente:

### **AÇÃO SUMÁRIA de Cobrança de SEGURO DPVAT**

em desfavor de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO S. A.**, CNPJ 09.248.608/0001-04, situada na Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP.: 20031-205; pelas razões que passa a expor: **DPVAT**

### **PRELIMINARMENTE**

#### **I- DO DIREITO AO BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA**

O Requerente declara em sua consciência que não tem condições de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do seu próprio sustento e de sua família.

É de ordem pública o princípio da gratuidade da justiça àqueles que não têm condições de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e de sua família nos termos do **art. 98, do atual CPC**.

Diante do exposto, o benefício da assistência judiciária gratuita, é garantido constitucionalmente, portanto, o Requerente desde já requer este benefício, uma vez que não tem condições econômico-financeiras de arcar com as custas processuais, sem prejuízo do sustento próprio e de sua família.

#### **II- DOS FATOS**

No dia 16 de novembro de 2018, ocorreu um acidente de trânsito (colisão moto com moto), o Requerente informa que trafegava na Avenida Floriano Peixoto, bairro Centenário, no momento que trafegava na faixa do meio da via e o piloto de outra moto não identificado que trafegava no lado direito da via de repente foi passar para a via do meio sem sinalizar, tem colidido na lateral da sua moto, vindo ele a cair no solo e sofrido trauma, fatos estes, devidamente comprovados no teor do Boletim de Ocorrência da Polícia Judiciária Civil, Serviço de Atendimento do SAMU sendo encaminhado para o Hospital de Emergência e Trauma, Ficha de Internação e Cirurgia de Trauma com Fratura, todos em anexos.

Ocorre, que depois do acidente, o Requerente se encontra sem condições de voltar as suas atividades normais devido a deficiência que o mesmo ficou em seu pé.







Diante de tal fato, o Suplicante vindo a tomar ciência acerca dos direitos que lhe cabe, vem perante esse juízo, esperando ser devida e completamente indenizado, na forma do **Art. 3º, inciso II, da Lei nº 6.194/74**, com redação dada pela **Lei nº 11.482/2007**, dispositivo que fixa a referida indenização **no valor de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**.

**OS DOCUMENTOS APRESENTADOS FAZEM PROVAS SUFICIENTES DA INCAPACIDADE DO REQUERENTE, DEVENDO SER RECONHECIDO O DIREITO A INDENIZAÇÃO, COM JUROS A PARTIR DA CITAÇÃO, E CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DA ENTRADA EM VIGOR DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 340, OU SEJA, A PARTIR DO DIA 29/12/2006, DATA QUE OS VALORES FORAM CONGELADOS E A PARTIR DAÍ, NUNCA TIVERAM REAJUSTE.**

Diante de tais fatos e da comprovação do ocorrido, a via judicial se faz necessário para que Vossa Excelência determine que a seguradora pague a indenização referente ao SEGURO OBRIGATÓRIO no grau a ser apurado em perícia judicial, com a devida correção monetária que deverá incidir a partir do dia 29/12/2006. DPVAT

### III- DO DIREITO

O art. 3º da lei nº. 6.194/74, estabelece que os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, conforme se vê abaixo:

**Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:**

**I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;**

**II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;**

**III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.**

Desse modo, os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, fazendo jus à parte autora ao recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

**Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso)**

**PROVA DOCUMENTAL DEVIDAMENTE JUNTADA – DOCUMENTAÇÃO MÉDICA HOSPITALAR E BOLETIM DE OCORRÊNCIA – NEXO DE CAUSALIDADE DEVIDAMENTE DEMONSTRADO**

O fato foi devidamente comprovado pela parte autora, de acordo com o art. 5º da Lei 6.194/74, § 1, a), que diz que: **“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente”...**





**Mediante a entrega dos seguintes documentos: “registro da ocorrência no órgão policial competente”.**

Destaca-se, que a lei não diz se o Boletim de Ocorrência deve ser comunicado ou não, exige-se o Boletim de Ocorrência ou Certidão de Ocorrência. É ônus da Seguradora fazer prova de que as informações contidas no Boletim de Ocorrência, ou na Certidão de Ocorrência, não são verdadeiras, se assim por ventura alegar.

Além do Boletim de Ocorrência, outros documentos juntados pela parte autora, corroboram a veracidade das declarações expostas no B.O. Portanto, o conjunto probatório, atesta o fato como verdadeiro.

Não obstante, o entendimento do Tribunal de Justiça da Paraíba, os registros policiais (boletim de ocorrência) são documentos que gozam de presunção de veracidade e legalidade por terem fé pública. Então, vejamos:

**PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. MORTE DO CÔNJUGE/ASCENDENTE. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO NA ORIGEM. IRRESIGNAÇÃO DA SEGURADORA DEMANDADA. AUSÊNCIA DE BOLETIM DE OCORRÊNCIA. REGISTRO POLICIAL -PROVAS CARREADAS SUFICIENTES. ILEGITIMIDADE ATIVA PRA RECEBER A INTEGRALIDADE DO SEGURO. EXISTÊNCIA DE OUTROS HERDEIROS. ART. 373, CPC. INCLUSÃO NO PÓLO ATIVO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. HONORÁRIOS RECURSAIS. DESPROVIMENTO. Os registros policiais (boletim de ocorrência) são documentos que gozam de presunção de veracidade e legalidade por terem fé pública. O art. 4º da Lei 6.194/74 ao regular a legitimidade para o recebimento da indenização do seguro DPVAT no caso de morte, fez remissão expressa ao 792 do CC, segundo o qual, o capital segurado será pago por metade ao cônjuge não separado judicialmente, e o restante aos herdeiros do segurado, obedecida a ordem da vocação hereditária. Art. 373. O ônus da prova incumbe: (...) II. ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Considerando o teor do art. 85, §11º, do novo CPC, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, uma vez que, julgado o recurso, incumbe à instância ad quem majorar os honorários advocatícios anteriormente fixados. Porquanto, considerando o trabalho realizado pelos advogados dos apelados nesta instância recursal, entendo por bem majorar os honorários advocatícios sucumbenciais, devidos pela parte autora para o percentual de 15% (quinze por cento) sobre o valor da causa, suspendendo sua exigibilidade em face do artigo 98, § 3º, do CPC/2015, por ser a parte autora beneficiária da gratuidade processual. (TJPB - APL: 00008834820108150051, Relator: ABRAHAM LINCOLN DA CUNHA RAMOS, PRIMEIRA CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL, Data de Publicação: 09/04/2019)**

Sendo assim, Excelência, a parte autora cumpriu o determinado pelo **Artigo 373, I do Código de Processo Civil**, pois junta documentos comprovando suas alegações (BOLETIM DE OCORRÊNCIA, conforme **art. 5º da Lei 6.194/74, § 1, a**), além da documentação médica hospitalar, *portanto, meras alegações da seguradora alegando o contrário, não podem ser admitidas.*

É dever da Seguradora Requerida, cumprir com o determinado pelo **art. 373, II do CPC**, que diz que ao réu incumbe o ônus da prova, *quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.*

Nos termos do artigo 5º da Lei nº 6.194/74, **“o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente”.**

*Demonstrado o nexo causal existente entre o acidente automobilístico e a lesão de caráter permanente na vítima, impõe-se o dever de indenizar.*





***O LAUDO PERICIAL DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL NÃO CONFIGURA DOCUMENTO ESSENCIAL E IMPRESCINDÍVEL À PROPOSITURA DA AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA, NOTADAMENTE PORQUE A INCAPACIDADE DECORRENTE DO SINISTRO PODE SER AFERIDA POR OUTROS MEIOS DE PROVA.(...).***

Portanto, cumpre a parte autora com o determinado por lei e embasado na jurisprudência, para fazer jus ao reconhecimento do direito à indenização, bem como ao recebimento da mesma, o que desde já requer.

#### **IV- DA NEGATIVA ADMINISTRATIVA DA SEGURADORA**

Cabe informar, que o Autor procurou receber o Seguro devido em via administrativo, sendo esse negado indevidamente pela seguradora. O que por óbvio, trouxe transtornos emocionais e financeiros a parte Autora, tendo em vista, que o seguro obrigatório de danos pessoais por veículos automotores de via terrestre – DPVAT, comumente conhecido como seguro obrigatório, possui uma função social muito importante, pois garante um mínimo fundamental às vítimas de acidentes de trânsito.

O seguro obrigatório, como é comumente conhecido, é um seguro especial de acidentes pessoais, decorrente de uma causa súbita e involuntária, destinado às pessoas transportadas ou não, que porventura venham a ser lesionadas por veículos em circulação.

Foram os riscos gerados pela circulação de veículos que motivaram o legislador a estabelecer uma espécie de seguro, cuja finalidade seria garantir uma indenização mínima às vítimas de acidentes automobilísticos, independente de perquirição acerca de culpa. Nessa espécie de seguro é irrelevante indagar-se acerca da culpa.

A Lei 6.194/1974 instituiu no sistema jurídico brasileiro o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT. Posteriormente, a **Lei 8.441/1992** veio ampliar a indenização, com o intuito de tornar mais efetiva ao fim que se destinava.

Na lição de Sergio Cavalieri Filho, pode se dizer que o seguro obrigatório deixou de ser caracterizado como um seguro de responsabilidade civil do proprietário, para se transformar em um seguro social em que o segurado é indeterminado, ó se tornando conhecido quando da ocorrência do sinistro, ou seja, quando assumir a condição de vítima de um acidente automobilístico. Segundo o autor, o proprietário do automóvel, ao contrário do que ocorre no seguro de responsabilidade civil, não é o segurado, e sim o estipulante em favor de terceiro.

Portanto, a cobertura do seguro obrigatório abrange todos os danos pessoais sofridos, inclusive os sofridos pelo próprio segurado. O seguro prevê indenização nos casos de: morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares.

Salienta-se, que os processos administrativos são negados indevidamente pela a Seguradora, por isso, são objetos de lide no judiciário, porque a seguradora nunca faz o pagamento correto ou nega o pagamento indenizatório, seja, a seguradora usa esse procedimento de má-fé, com o objetivo de atrasar e até desmotivar a vítima.

Portanto, exigir que o beneficiário tenha o trabalho duplo para receber, sem contudo ser indenizado das despesas que isso gera ao mesmo, é no mínimo ultrajante, pois só beneficia a seguradora na sua gana em enriquecer-se em detrimento da vítima.





Diante de todos esses motivos, não há que se falar também em princípio da causalidade e sucumbência autoral, pois como visto, a seguradora historicamente sempre deu muitos motivos para o ajuizamento de ações de cobranças de seguros, sendo o que se requer na presente demanda.

## V. DOS JUROS LEGAIS E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Os documentos apresentados fazem provas suficientes da incapacidade sofrida pelo Requerente, devendo ser reconhecido o direito a indenização, com juros a partir da citação, e correção monetária a partir da entrada em vigor da **Medida Provisória nº 340**, ou seja, a partir do dia 29/12/2006, data que os valores foram congelados e a partir daí, nunca mais teve reajustes.

Excelência, como já é sabido, a Medida Provisória nº 340/2006, alterou o valor para pagamento das indenizações no seguro obrigatório DPVAT, de 40 (quarenta) salários-mínimos, para até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Pois bem, essa medida provisória que depois foi convertida para **Lei 11.482/2007**, FIXOU os valores, e desde então, esses valores jamais foram corrigidos, ou reajustados, sofrendo a INEVITÁVEL e progressiva deterioração pela inflação.

Ressalta-se que, considerando que a inflação medida pelo IPCA acumulada do mês posterior à aprovação da mudança (dezembro de 2006) até julho de 2012, chegou a 31,4%, a perda de valor do sinistro do DPVAT já atingiu quase 1/3 (um terço).

Nota-se ainda que os valores arrecadados pelo DPVAT, conforme informações do sítio da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT são expressivos e têm se incrementado continuamente (TODO ANO É REAJUSTADO, E O PAGAMENTO PELO CONTRIBUINTE É OBRIGATÓRIO).

De uma arrecadação total de R\$ 1,9 bilhão em 2005, o DPVAT arrecadou R\$ 6,7 bilhões em 2011. As indenizações neste período também cresceram, mas em proporções bem inferiores.

Enquanto as indenizações representavam 36,2% do total arrecadado com o DPVAT em 2005, esta proporção atingiu 34,1% em 2011, pouco mais de dois pontos a menos.

A correção monetária a partir da entrada em vigor da **Medida Provisória nº 340**, ou seja, a partir do dia 29/12/2006, data que os valores foram congelados e a partir daí, nunca mais teve reajustes, é medida que se faz urgente, para evitar o enriquecimento sem causa das sociedades seguradoras, em detrimento do contribuinte.

Acompanhando todas as manobras das seguradoras, até conseguirem a edição da medida provisória em comento, ficou claro, que a norma não trouxe nenhuma forma de reajuste de propósito. Tudo fazia parte de um grande plano das seguradoras para diminuir o valor que seria repassado às vítimas de acidente, de forma progressiva. Inclusive contando com os efeitos corrosivos decorrentes da falta de um fator ou índice de correção.

Mas esse é outro assunto. Especificamente falando da correção monetária, esta visa manter o poder aquisitivo da moeda vigente no país, meio circulante de curso forçado com efeito liberatório das obrigações avançadas, cujo valor efetivo visa estabilizá-la como meio de troca econômica.





Sobre o assunto, são os ensinamentos do ilustre jurista José de Aguiar Dias (DIAS, José de Aguiar, Da Responsabilidade Civil, XIª ed., revis., atual e amp., de acordo com o código Civil de 2002 por Rui Berford Dias SP, RJ, PE: Renovar, 2006, p. 988), ao asseverar que:

**“A fórmula de atualização mais indicada, portanto, é a correção monetária, que é uma compensação à desvalorização da moeda. Constitui elemento integrante da condenação, desde que, no intervalo entre a data em que ocorre o débito e aquela em que é satisfeito, tenha ocorrido desvalorização. Se o devedor tem que pagar 100 reais e os 100 reais que ele ficou a dever não são mais, 100 reais, mas 100 reais menos a desvalorização sofrida pela moeda, é evidente que só se exonerará do débito e o credor só receberá o que lhe é devida, se o valor real, desconstruído do valor nominal, for reintegrado, mediante o acréscimo da diferença verificada”.**

Como a correção monetária tem por finalidade recompor o poder aquisitivo da moeda corroída pela inflação, nada mais justo, portanto, que o início da sua incidência se dê desde a data da entrada em vigor da Medida Provisória que alterou e CONGELOU os valores em até **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**.

Portanto, com todas as vênias, aos que entendem que a correção monetária no seguro DPVAT, deve incidir a partir da data do sinistro ou do protocolo/distribuição da ação, pode-se afirmar com certeza que esse entendimento é absolutamente equivocado, especificamente quando se trata de sinistro ocorrido a partir da entrada em vigor da medida provisória nº 340/2006. Isso porque, como visto, essa medida provisória, congelou os valores em 2006.

Para exemplificar, se uma pessoa sofrer um acidente de trânsito no ano de 2020, e deste acidente resultar incapacidade total de um dos membros inferiores, o valor a ser pago a essa vítima pelas seguradoras, será o valor equivalente à perda do membro (de acordo com a tabela), em valores nominais fixados no ano de 2006. Se o magistrado determinar que esse valor seja corrigido desde a data do acidente ou da distribuição da ação, o prejuízo será de enormes proporções, pois serão 14 anos de deterioração da moeda.

Alguns Tribunais Pátrios já perceberam essa defasagem e já estão determinando a correção desde a data da publicação da medida provisória, senão vejamos:

**EMENTA:**

**AGRAVO REGIMENTAL EM APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO DPVAT. APLICAÇÃO DA TABELA INTRODUZIDA PELA MP Nº 451/08. IMPOSSIBILIDADE. SINISTRO OCORRIDO ANTES DA SUA VIGÊNCIA. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. DATA DA PUBLICAÇÃO DA MP Nº 340. RECOMPOSIÇÃO DA MOEDA. AGRAVO IMPROVIDO.**

**1. A Medida Provisória 451/08, que estabelece uma gradação do valor da indenização a depender da intensidade da deficiência sofrida, não se aplica ao presente caso, eis que posterior à ocorrência do sinistro.**

**2. Aplica-se a correção monetária a partir da publicação da MP nº 340, eis que desde essa data o valor da indenização não se alterou, mas o valor dos prêmios continuou sendo atualizado, propiciando, assim, a recomposição do valor da moeda.**

**3. Agravo regimental conhecido, mas improvido. (TJDFT, 2ª T. Cível, ac. 487.348, Des. J. J. Costa Carvalho, julgado em 2011).**







**APELAÇÃO CÍVEL. DPVAT. ACIDENTE OCORRIDO EM 25/04/07. VALOR DA INDENIZAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. 1. É APLICÁVEL A LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA DO DPVAT DA ÉPOCA DO ACIDENTE, QUE ESTABELECE A INDENIZAÇÃO NO VALOR DE R\$13.500,00 PARA A HIPÓTESE DE INCAPACIDADE PERMANENTE, TOTAL OU PARCIAL. 2. A CORREÇÃO MONETÁRIA INCIDE A PARTIR DA VIGÊNCIA DA MP 340/06, SOB PENA DE INACEITÁVEL INJUSTIÇA CONSISTENTE EM VALOR CORROÍDO PELA INFLAÇÃO E AGRAVADA PELOS FREQUENTES REAJUSTES DO PRÊMIO. (TJ-DF - APC: 20080710006606 DF 0000541-65.2008.8.07.0007, Relator: CRUZ MACEDO, Data de Julgamento: 12/09/2012, 4ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE: 12/07/2013. Pág.: 154).**

A indenização devida pelo seguro DPVAT, em caso de acidente ocorrido após as alterações perpetradas pela Medida Provisória 340/2006, deve ser corrigida monetariamente a partir da data de sua edição (29/12/2006), por se tratar de medida que visa à reposição inflacionária no período. **RECURSO NÃO PROVIDO, COM ALTERAÇÃO, DE OFÍCIO, DA CORREÇÃO MONETÁRIA**” (TJPR - 9ª C. Cível - AC - 1259547-4 - Paranavaí - Rel.: Vilma Régia Ramos de Rezende - Unânime - - J. 06.11.2014).

Sobre o tema, o Desembargador JOSÉ ANICETO, do Tribunal de Justiça do Paraná, fez as seguintes considerações em voto de processo em que foi relator:

“Aliás, permitir que a seguradora pague em 2015 o mesmo valor fixado em 2006 é admitir um enriquecimento ilícito absurdo.

Veja-se que a aplicação da correção monetária a partir da edição da Medida Provisória nº 340/2006, reflete a mera recomposição do poder aquisitivo do valor devido com base na referida MP. Ademais, o magistrado pode, mesmo não tendo havido pedido expresso, alterar a condenação no pagamento da correção monetária porque esta se caracteriza como acessório e consectário lógico da condenação principal, incidindo independentemente da vontade da parte.

Portanto, é devido o pagamento da correção monetária sobre o valor da indenização, da data da entrada em vigor da MP 340/2006, ou seja, 29/12/2006, conforme determinou a sentença”.

Veja nobre julgador, que a progressiva deterioração dos valores pagos a título de indenização no seguro DPVAT, é motivo de preocupação, não podendo o judiciário fechar seus olhos para esse particular.

Portanto, requer seja reconhecido o direito a indenização, e determinado que a seguradora pague tal indenização referente ao SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT com JUROS LEGAIS de 1,0% (um por cento) ao mês, A PARTIR DA CITAÇÃO INICIAL, e CORREÇÃO MONETÁRIA com o índice INPC, a partir da data em que entrou em vigor a **medida provisória nº 340/2006** que alterou o valor da indenização e fixou em até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), ou seja, dia 29/12/2006 (a partir daqui, esse valor ficou fixo e não houve reajuste ou correção);

## VI. DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

O advogado - em consonância com o **art. 133 da Constituição Federal**, bem como, com o **Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil** - é indispensável à administração da justiça, sendo a postulação a qualquer órgão do Poder Judiciário e aos Juizados Especiais sua atividade privativa, *tendo direito assegurado aos honorários convencionados, fixados por arbitramento e os de sucumbência.*

O Art. 22 da Lei 8906/94 assim preleciona:

**“Art. 22 - A prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorários convencionais, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbência.”**





Neste diapasão, os honorários de sucumbência são devidos a título de gratificação, pelo motivo da boa atuação do advogado na defesa dos interesses da parte vencedora. Quanto mais o empenho dele tiver nexos com o resultado do processo, há de se convir que maior seja a verba honorária.

Pois bem, percebe-se que o zelo profissional dos patronos desta demanda é satisfatório, uma vez que tentam por todos os meios legais - munidos de direito para respaldar o pleito - a procedência da presente ação de indenização, no fito de aliviar a dor da parte autora, de acordo com a função social do advogado e respeito à ética profissional.

O art. 85 do CPC, assim *verbis*:

**Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor.**

**§ 2º Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, atendidos (...)**

(...)

**§ 6º Os limites e critérios previstos nos §§ 2º e 3º aplicam-se independentemente de qual seja o conteúdo da decisão, inclusive aos casos de improcedência ou de sentença sem resolução de mérito.**

**§ 8º Nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, o juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa, observando o disposto nos incisos do § 2º.**

## VII. O GRAU DE ZELO DO PROFISSIONAL;

Por ter laborado em nome da dignidade da pessoa humana, por rebater a avareza da Seguradora Requerida, de todas as formas em direito admitidas, com muito zelo, modestamente requer-se que a Requerida seja condenada ao pagamento de honorários advocatícios.

Contudo, requer seja condenada a seguradora, de acordo com o art. 85, § 8º, ou seja, entre 10% a 20%, caso o direito a indenização da parte autora ultrapasse a metade do máximo permitido em lei, ou seja, o máximo permitido em lei é de R\$ 13.500,00, portanto, a metade é de R\$ 6.750,00, aplicando assim, o parágrafo 2º do art. 85º, que assim prevê:

**§ 2º - Os honorários serão fixados entre o mínimo de 10% (dez por cento) e o máximo de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.**

Porém, caso o valor a ser indenizado à parte autora, não ultrapasse a metade do valor máximo permitido em lei, o que torna pequeno o valor, requer a aplicação do parágrafo 8º do art. 85, que assim prescreve:

**§ 8º Nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, o juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa, observando o disposto nos incisos do § 2º.**





Esse dispositivo existe no Código de Processo civil, para evitar que os honorários sejam irrisórios, aviltantes, e até desrespeitosos. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica quanto à aplicação do artigo 85, § 8º, do CPC aos casos como o dos autos, senão vejamos:

**PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. Apelação cível. Ação de cobrança de seguro DPVAT. Procedência na origem. Irresignação da Seguradora ré. Minoração do quantum indenizatório total. Realização de perícia judicial. Debilidade definitiva no membro superior esquerdo. Manutenção da sentença. Honorários advocatícios recursais. Desprovemento. Tendo o laudo médico atestado que a debilidade do membro superior esquerdo foi de 25% (vinte e cinco por cento), devida a indenização apenas dessa porcentagem sobre os 70% (setenta por cento) do valor máximo indenizável, de acordo com a tabela de graduação contida na Lei que rege o seguro DPVAT. De forma específica, o laudo traz que houve Redução moderada da mobilidade articular do punho esquerdo. (fl. 121). A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. (Súmula 474, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/06/2012, DJe 19/06/2012). Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. § 8º Nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, o juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa, observando o disposto nos incisos do § 2º.**

(TJPB - APL: 00014558820158150031, Relator: JOSÉ FERREIRA RAMOS JUNIOR, SEGUNDA CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL, Data de Publicação: 24/04/2019)

Diante do exposto, requer seja a Requerida condenada a pagar os honorários advocatícios, no patamar de 20% (vinte por cento) caso o direito a indenização da parte autora ultrapasse a metade do máximo indenizável, ou que seja arbitrado um valor equitativamente de acordo com o § 4º do art. 20 do CPC, caso o valor da condenação seja baixo.

#### VIII. DO PEDIDO

*Ex positis*, ao reconhecer que a Indenização do Seguro Obrigatório tem como efeito beneficiar quaisquer vítimas de acidente de trânsito e não as seguradoras do sistema, o Requerente requer a Vossa Excelência o que segue:

- a) A concessão da justiça gratuita, haja vista o Requerente não tem condições de arcar com as despesas processuais, sem prejuízo de seu sustento e de sua família. Para tanto, fulcra-se no **art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal e o art. 98, do atual CPC.**
- b) A dispensa da audiência de conciliação, nos termos do artigo 319, inciso VII, CPC e citação do Réu, por meio postal, para, no prazo legal, caso queira, apresentar contestação, sob pena de confissão e revelia;
- d) Se eventualmente pelos motivos elencados em lei, for decretada a revelia da Seguradora Requerida, requer seja aplicada a teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova, com a inversão do ônus de suportar as despesas com a produção da prova pericial, condenando a Ré a arcar com os honorários periciais, arbitrados por Vossa Excelência, que deverão ser pagos ao final do processo, pois não pode o estado arcar com tal ônus por desídia da Seguradora, também não pode a mesma beneficiar-se da própria torpeza (haja vista que se for o Estado incumbido de tais despesas, a seguradora estaria sendo premiada por ser revel, o que não é admissível);
- e) Que julgue a presente Ação TOTALMENTE PROCEDENTE, reconhecendo o direito a indenização, e determine que a seguradora pague o total de R\$ 13.500,00 de indenização referente ao SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT com juros a partir da citação, e CORREÇÃO MONETÁRIA com o índice INPC, a partir da data em que entrou em vigor a **medida provisória nº 340/2006** que alterou o valor da indenização e







fixou em até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), ou seja, dia 29/12/2006 (a partir daqui, esse valor ficou fixo e não houve reajuste ou correção);

f) A condenação da Réu no pagamento das custas e demais despesas processuais, bem como no pagamento dos honorários advocatícios.

f. a) Quanto aos honorários advocatícios, requer seja condenada a seguradora, de acordo com o **art. 85, § 2º, do CPC**, ou seja, no importe de 20%;

f. b) Porém, caso o valor a ser indenizada à parte autora, não ultrapasse a metade do valor máximo indenizável, o que torna pequeno o valor, requer a condenação da Requerida nos honorários advocatícios, com fundamento no **parágrafo 8º do art. 85, do CPC**, evitando assim honorários irrisórios e a consequente desvalorização profissional.

g) Protesta e requer, ainda, provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidas, principalmente pela juntada posterior de outros documentos, pericial, testemunhal, devendo ainda, o Requerido colacionar aos autos os documentos necessários para o desenrolar da questão, por ser de direito e de justiça;

h) Que sejam as notificações e intimações realizadas EXCLUSIVAMENTE no nome do DR. JOSÉ ADRIANO FERREIRA DA SILVA, OAB/PB – 25.491, sob pena de nulidade, conforme preceitua o **art. 236, § 1º do CPC**;

Dá-se à presente causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), apenas para fins de alçada.

Nestes termos,  
Pede deferimento.

Campina Grande, 19 de Agosto de 2019.

JOSÉ ADRIANO FERREIRA DA SILVA  
OAB/PB 25.491



## PROCURAÇÃO PARA O FORO EM GERAL

**OUTORGANTE / CONTRATANTE / HIPOSSUFICIENTE:** CARLOS ANTONIO DA SILVA JUNIOR, brasileiro, casado, estudante, CPF 054.806.564-06, residentes e domiciliados na Rua Onildo Ribeiro Assis, 190, Serrotão, Cep 58340-086, Campina Grande – PB.

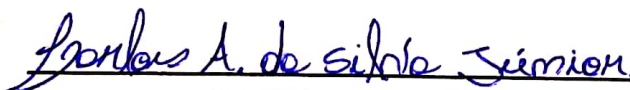
**OUTORGADO / CONTRATADO:** JOSÉ ADRIANO FERREIRA DA SILVA, brasileiro, casado, advogado, OAB/PB 25.491, com endereço profissional na Rua Praça do Trabalho, Nº 81, 1º Andar, sala 103, São José, Campina Grande – PB, com o endereço eletrônico j.adrianoferreira.adv@gmail.com

**PODERES:** Ao qual confere poderes para o foro em geral, nos termos do art. 105 do NCPC, inclusive transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso e assinar declaração de hipossuficiência econômica, distribuir Ação e acompanhá-la em todos os seus termos em quaisquer órgãos ou graus de jurisdição, repartições públicas federais, estaduais ou municipais, conjunta ou separadamente, bem como substabelecer com ou sem reserva de poderes, inclusive receber alvará judicial junto às Secretarias, Varas ou Cartórios, podendo movimentar e tramitá-los juntos às instituições financeiras onde haja crédito, fruto do processo, em seu benefício.

### DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA

Declaro que, em função de minha condição financeira, não tenho condições de arcar com o pagamento das custas processuais, sob pena de implicar em prejuízo próprio e de minha família, nos termos do art. 5º, LXXIV, da Constituição da República, bem como, O.J 269 da SDI do TST e Súmula 29 do TJ/PB.

Campina Grande, 14 de julho de 2019.



**CARLOS ANTONIO DA SILVA JUNIOR**

**CPF 054.806.564-06**

**OUTORGANTE / CONTRATANTE / HIPOSSUFICIENTE**

Scanned by CamScanner





**BOLETIM DE OCORRÊNCIA**  
**Nº00043.01.2019.2.00.420**

**OCORRÊNCIA(S)**

**Suposto(s) Autor(es):**

**Tipificação 1:** LESÃO ACIDENTAL DE TRÂNSITO

**Data da Ocorrência:** 16/11/2018

**Hora:** 13:02:00

**Forma da Comunicação:** Verbal

**Endereço:** Avenida Floriano Peixoto, Centenário, Campina Grande, PB.

**Ponto de referência:** Perto do Hospital Antonio Targino.

**PARTE(S)**

VITIMA

**Nome:** Carlos Antonio da Silva Júnior

**Conhecido por:** Não informado

**Filiação:** Maria do Socorro Nazareno da Silva e Carlos Antonio da Silva

**Idade:** 33

**Data de Nascimento:** 24/11/1985

**Identidade de Gênero:** masculino

**Nacionalidade:** brasileira

**Naturalidade:** Campina Grande

**Estado Civil:** casado(a)

**Escolaridade:** Não informado

**Profissão:** Vendedor

**Cargo:** Não informado

**Matrícula:** Não informado

**Documentos(s) de Identificação:** CPF nº 054.806.564-06

**Endereço:** Rua Onildo Ribeiro de Assis, 190, Serrotão, Campina Grande, PB

**Complemento:** Não informado

**Ponto de referência:** 2ª Rua Após o Mercadinho Brasileiro

**Telefone:** (83) 98874-5168

TESTEMUNHA

**Nome:** Jabison de Sousa Figueiredo

**Conhecido por:** Não informado

**Filiação:** Joana Darc de Sousa Figueiredo e Valdecir de Figueiredo

**Idade:** 29

**Data de Nascimento:** 20/12/1989

**Identidade de Gênero:** masculino

**Nacionalidade:** brasileira

**Naturalidade:** Campina Grande

**Estado Civil:** casado(a)

**Escolaridade:** Não informado

**Profissão:** Cabeleireiro

**Cargo:** Não informado

**Matrícula:** Não informado

**Documentos(s) de Identificação:** CPF nº 085.043.214-60

**Endereço:** Rua Plínio Lemos, 2224, Malvinas, Campina Grande, PB

**Complemento:** Não informado

**Ponto de referência:** Perto do Posto de Saúde da Ramadinha

**Telefone:** (83) 98682-3852

ARIVLE CORRETORA  
02 ABR. 2019  
TEL.: (83) 3321-5930



SECRETARIA DE ESTADO DA  
SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL  
Delegacia Geral da Polícia Civil  
2ª Superintendência Regional de Polícia Civil  
Delegacia Especializada de Acidentes de  
Veículos de Campina Grande



**POLÍCIA  
CIVIL**  
PARAÍBA



**GOVERNO  
DA PARAÍBA**  
Secretaria de Estado da  
Segurança e da Defesa Social

Campina Grande/PB, 07 de fevereiro de 2019.



SEVERINO DE CARVALHO LOPES  
Delegado(a) de Polícia Civil

*Carlos Antonio da Silva Junior*  
CARLOS ANTONIO DA SILVA JÚNIOR  
Noticiante

*Ademir da Costa Vilar*  
ADEMIR DA COSTA VILAR  
Escrivão de Polícia

Scanned by CamScanner





**PROIBIDO PLASTIFICAR**

894467146

**VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL**

894467146

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

**NOME**  
CARLOS ANTONIO DA SILVA JUNIOR

**DOC. IDENTIDADE / ORIG. EMISSOR** UF  
2905523 SSP PB

**CPF** 054.806.564-06 **DATA NASCIMENTO** 25/11/1985

**TITULO**  
CARLOS ANTONIO DA SILVA  
MARIA DO SOCORRO  
NAZARENO DA SILVA

**PERMISSÃO** **ACC** **CATIA**  
AB

**Nº REGISTRO** 04662117863 **VALIDADE** 10/06/2019 **1ª HABILITAÇÃO** 04/06/2009

**OBSERVAÇÕES**

*Carlos A. da Silva Junior*

**LOCAL**  
CAMPINA GRANDE, PB

**DATA EMISSÃO**  
12/06/2014


**ASSINATURA DO EMISSOR**  
*Roberto Carneiro*

**ASSINATURA DO EMISOR**  
10368684838  
PB028730259

ARVILE COFRETORA  
02 ABR. 2019  
TEL.: (83) 3321-5930



# SIS DPVAT - Sinistros

 Seguradora Líder dos  
Consórcios do Seguro DPVAT

Destinatário  
**Digitalização Própria**

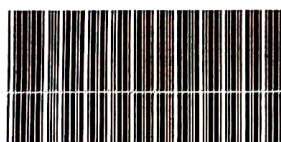
## Remessa de Documentação ASL-0111631/19 Sinistro - Invalidez



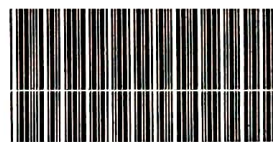
\*A011163119\*



\*B0000000008\*



\*C791880214\*



\*D791880214\*

### Documentos nessa remessa:

- Declaração de Inexistência de IML

ARIVLE CORRETORA

11 ABR. 2019

TEL.: (83) 3321-5930

No caso de problemas na recepção ou conferência  
desta documentação, favor retorná-la para:

ARIVLE CORRETORA DE SEGUROS LTDA-ME  
Rua Miguel Couto, 185 Sala 02 - Centro  
Campina Grande - PB - CEP 58400-273





CARLOS ANTONIO DA SILVA JUNIOR  
RUA ONILDO RIBEIRO ASSIS, 190 - SERROTAQ  
CAMPINA GRANDE / PB CEP: 58434086 (AG: 401)

Emissão: 20/02/2019 Referência: Fev / 2019  
Classe/Subcl: RESIDENCIAL / RESIDENCIAL  
Roteiro: 13 - 401 - 800 - 3410 Nº medidor: 00008050861



ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
Alça Sudoeste - Três Irmãs - Campina Grande / PB - CEP 58422-700  
CNPJ: 08.826.596/0001-95 - Insc. Est. 16.003.239-1

Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 003 071 790  
Cód. para Déb. Automático: 00002269629

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 023 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF/ CNPJ/ RANI
Fev / 2019	20/02/2019	21/03/2019	054.806.564-06 Insc. Est.:

UC (Unidade Consumidora): 4/226962-9

#### Canal de contato

- Exercício de apresentação da Reserva 2018 de 10 a 14 de dezembro de 2018.  
Reservista, apresente-se na sua Organização Militar.

Anterior		Atual		Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura			
22/01/19	8960	20/02/19	9096	1	136	29

Demonstrativo										
CCI	Descrição	Quantidade	Tarifa c/	Valor Base Calc	Aliq	ICMS(R\$)	Base Calc	Pis(R\$)	Cofins(R\$)	
		Tributos Total(R\$)		ICMS(R\$)	ICMS	Pis/Cofins(R\$)		(0,9995%)	(4,5865%)	
0801	Consumo em kWh	136,000	0,758740	103,19	103,19	27	27,86	103,19	1,03	4,74
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS										
0807	CONTRIBILUM PUBLICA			12,52	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0804	JUROS DE MORA 01/2019			0,45	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0805	MULTA 01/2019			2,06	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00

ARIVLE CORRETORA

02 ABR. 2019

TEL.: (83) 3321-5930

CCI: Código de Classificação do Item TOTAL: 118,22 103,19 27,86 103,19 1,03 4,74

Média últimos meses (kWh)  
126

VENCIMENTO  
27/02/2019

TOTAL A PAGAR  
R\$ 118,22

#### Histórico de Consumo (kWh)

127 | 124 | 143 | 119 | 124 | 140 | 122 | 119 | 146 | 119 | 89 | 142  
Fev/18 Mar/18 Abr/18 Mai/18 Jun/18 Jul/18 Ago/18 Set/18 Out/18 Nov/18 Dez/18 Jan/19

#### RESERVADO AO FISCO

73a0.89fa.06ef.dc02.733f.4abb.9716.967c.

#### Indicadores de Qualidade

Limites da ANEEL		Apurado	Limite de Tensão (V)	
DIC MENSAL	6,56	0,00	NOMINAL	220
DIC TRIMESTRAL	11,10			
DIC ANUAL	22,21			
FIC MENSAL	3,38	0,00	CENTRADA	202
FIC TRIMESTRAL	6,72		LIMITE INFERIOR	231
FIC ANUAL	13,45			
DMIC	3,30	0,00		
DICRI	12,22			

#### Composição do Consumo

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. da Energia Elétrica	21,82	18,45
Compra de Energia	36,47	30,85
Serviço de Transmissão	4,63	3,92
Encargos Setoriais	6,64	5,62
Impostos Diretos e Encargos	49,68	41,16
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	118,22	100,00

Valor do EUSD (Ref. 12/2018) R\$ 19,87







Estado da Paraíba  
Prefeitura Municipal de Campina Grande-PB  
Secretaria de Saúde do Município  
Serviço de Atendimento Móvel de Urgência  
SAMU Regional CG - 192




## DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO

Declaramos para os devidos fins de direito que o **SAMU REGIONAL CG - 192** foi solicitado para prestar atendimento médico pré-hospitalar de urgência ao paciente conforme dados a seguir:

DATA: 16/11/2018	HORA: 13:02 HRS	ID Nº: 1737766
NOME: CARLOS ANTONIO DA SILVA JUNIOR		
QUEIXA: ACIDENTE DE TRÂNSITO		
LOCAL: AV - FLORIANO PEIXOTO - CENTENÁRIO		
COMPLEMENTO:		
CIDADE: CAMPINA GRANDE / PB		
<b>DADOS DA REMOÇÃO</b>		
Paciente removido para o Hospital de Emergência e Trauma		

Campina Grande, 7 de dezembro de 2018.

ARVILE CORRETORA  
02 ABR. 2019  
TEL.: (83) 3321-5930

  
Deoclecio F. Nascimento  
SUPERVISOR  
SAMU 192-CG

Deoclecio F Nascimento  
Coordenação Administrativa  
SAMU REGIONAL CG - 192

SAMU 192 (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência)  
Rua: Almeida Barreto, 428 São José CEP: 58400-328 Campina Grande-PB  
Fone: (83) 3322-5207 / 3322-5191

Scanned by CamScanner





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - PB Nº 014082652619  
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA 1 COD. RENAVAM 0105652687-1 RNTC 00/00000000 EXERCÍCIO 2018

NOME  
CARLOS ANTONIO DA SILVA JUNIOR

CPF/CNPJ 05480656406 PLACA QF12927/PB

PLACA ANT/UF NOVO PB CHASSI 9C2HB0210FR469767

ESPECIE TIPO COMBUSTIVEL  
PAS/MOTOCICLE/NAO APLIC GASOLINA

MARCA/MODELO ANO FAB ANO MOD  
HONDA/POP100 2015 2015

CAP/POT/CIL CATEGORIA COR PREDOMINANTE  
2 E/97 /CI PARTIC VERMELHA

COTA UNICA VENC. COTA UNICA VENC/COTAS  
IPVA PAGO EM 00/00/0000 1º

FAIXA IPVA PARCELAMENTO/COTAS 2º  
\*\*\*\*\* 0

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$) IOF (R\$) PRÊMIO TOTAL (R\$) DATA DE PAGAMENTO  
\*\*\*\*\* SEGURO PAGO 01/10/2018

SEM RESERVA DE DOMÍNIO  
DOCUMENTO DE PORTO OBRIGATORIO  
NAO VALIDO PARA TRANSFERENCIA

CAMPINA GRANDE - PB DATA 07/11/2018

42609 16101

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS  
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE OU POR SUA CARGA A PESSOAS  
TRANSPORTADAS OU NAO SEGURO DPVAT

PB Nº 014082652619 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT  
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO  
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

www.seguradoralider.com.br  
SAC DPVAT 0800 022 1204

EXERCÍCIO DATA EMISSÃO  
2018 07/11/2018

VIA 1 CPF / CNPJ 05480656406 PLACA QF12927/PB

01056526871 HONDA/POP100

ANO FAB 2015 CAL TARE 9 Nº CHASSI 9C2HB0210FR469767

PRÊMIO TARIFÁRIO

FNS (R\$) DENATRAM (R\$) CUSTO DO SEGURO (R\$)  
\*\*\*\*\* \*\*\*\*\* \*\*\*\*\*

CUSTO DO BILHETE (R\$) IOF (R\$) TOTAL A SER PAGO SEGURO (R\$)  
\*\*\*\*\* SEGURO PAGO

PAGAMENTO DATA DE QUITAÇÃO  
☐ COTA ÚNICA ☐ PARCELADO 01/10/2018

SEGURADORA LÍDER - DPVAT  
CNPJ 09.248.608/0001-04

16101-1214092-20181107

ARVILE CORRETORA

02 ABR. 2019

TEL: (83) 3321-5930

Scanned by CamScanner





# SIS DPVAT - Sinistros

 Seguradora Líder dos  
Consórcios do Seguro DPVAT

Destinatário  
Digitalização Própria

## Remessa de Documentação ASL-0111631/19 CARLOS ANTONIO DA SILVA JUNIOR



\*A011163119\*



\*B0000006000\*



\*C791545990\*



\*D802892601\*

### Documentos nessa remessa:

- Autorização de pagamento ✓
- Comprovante de residência ✓

ARIVLE CORRETORA  
02 ABR. 2019  
TEL. (85) 3321-5930

No caso de problemas na recepção ou conferência  
desta documentação, favor retorná-la para:

ARIVLE CORRETORA DE SEGUROS LTDA-ME  
Rua Miguel Couto, 185 Sala 02 - Centro  
Campina Grande - PB - CEP 58400-273





CLÍNICA MÉDICA DANTAS E CASTRO LTDA – ME  
RUA GETULIO CAVALCANTE 250 – LIBERDADE – CAMPINA GRANDE – PB  
CEP 58.414-245 – TELEFONE 83 – 3322 3229  
CNPJ nº 23.364.824/0001-46

### LAUDO MÉDICO

Atesto para fins de perícia médica que o paciente CARLOS ANTONIO DA SILVA JUNIOR, é portador de sequelas definitiva de aproximadamente 25% de perda de flexão e extensão do joelho direito, devido a patologia de CID: S76.1 e S89, acidente ocorrido no dia 16/11/18.

Dr. Otávio Ferreira Jr.  
Ortopedia/Traumatologia  
CRM-PB 7103

Campina Grande – PB, em 31 de Julho de 2019.

POLICLÍNICA  
VITÓRIA

Saúde com Qualidade Superior

Scanned by CamScanner







## PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Escolha o(s) tipo(s) de cobertura: ☐ DAMS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES) ☒ INVALIDEZ PERMANENTE ☐ MORTE

Nº do sinistro ou ASL: CPF da vítima: Nome completo da vítima:  
054.806.564-06 CARLOS ANTONIO DA SILVA JUNIOR  
REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO) - CIRCULAR SUSEP Nº 445/2012  
Nome completo: CARLOS ANTONIO DA SILVA JUNIOR CPF: 054.806.564-06  
Profissão: Endereço: Número: 190 Complemento: CASA  
Bairro: SERRAÇÃO Cidade: CAMPINA GRANDE Estado: PB CEP: 58930-086  
E-mail: Tel. (DDD): (83) 9.88361107

Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).

RENDA MENSAL:  
☒ RECURSO INFORMAR ☐ ATÉ R\$1.000,00 ☐ R\$3.001,00 ATÉ R\$5.000,00 ☐ R\$7.001,00 ATÉ R\$10.000,00  
☐ SEM RENDA ☐ R\$1.001,00 ATÉ R\$3.000,00 ☐ R\$5.001,00 ATÉ R\$7.000,00 ☐ ACIMA DE R\$10.000,00

### DADOS BANCÁRIOS DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO - ASSINALE UMA OPÇÃO DE CONTA

☐ CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção)

☐ Bradesco (237) ☐ Itaú (341)  
☐ Banco do Brasil (001) ☐ Caixa Econômica Federal (104)

☒ CONTA CORRENTE (Todos os bancos)

Nome do BANCO: BANCO DO BRASIL

AGÊNCIA:  CONTA:

AGÊNCIA: 3371 6 CONTA: 58.957 8

Autorizo a Seguradora Líder a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a que eu tiver direito, reconhecendo e dando, desde já e somente após a efetivação do crédito, quitação total do valor recebido.

### DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT por invalidez permanente, uma vez que (assinalar uma das opções):

- ☐ Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou  
☐ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou  
☒ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.

Pelo motivo assinalado, solicito o prosseguimento da análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, por invalidez permanente, com base na documentação apresentada, concordando, desde já, em me submeter à avaliação médica às custas da Seguradora Líder para verificação da existência e quantificação das lesões permanentes decorrentes de acidente de trânsito, conforme Lei 6.194/74, art. 3º, §1º, declarando que esta autorização não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestá-la, caso discorde do seu conteúdo.

### DECLARAÇÃO DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

Estado civil da vítima: ☐ Solteiro ☐ Casado (no Civil) ☐ Divorçado ☐ Separado Judicialmente ☐ Viúvo Data do óbito da vítima:

Grau de Parentesco com a vítima: Vítima deixou companheiro(a): ☐ Sim ☐ Não Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo:

Vítima teve filhos? ☐ Sim ☐ Não Se tinha filhos, informar quantos: Vítima deixou nascituro (vai nascer)? ☐ Sim ☐ Não Vítima deixou pais/avós vivos? ☐ Sim ☐ Não

Estou ciente de que a Seguradora Líder pagará, caso devida, a indenização do Seguro DPVAT por morte àqueles beneficiários que se apresentarem e provarem esta condição, estando ciente, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de ressarcir o valor recebido, além da responsabilidade criminal por infração do artigo 299 do Código Penal.

Local e Data, CAMPINA GRANDE-PB 28/03/19  
Nome: CARLOS ANTONIO DA SILVA JUNIOR  
CPF: 054.806.564-06

(\*) Assinatura de quem assina A ROGO

Assinatura da vítima/beneficiário (declarante)

Assinatura do Representante Legal (se houver)

Assinatura do Procurador (se houver)

#### TESTEMUNHAS

1ª | Nome: CPF:

2ª | Nome: CPF:

ARVILE CORRETORA  
Assinatura  
02 ABR. 2019  
TEL: (83) 3321-5930  
Assinatura

(\*) A vítima/beneficiário não alfabetizado deverá escolher outra pessoa alfabetizada, maior e capaz, para preencher e assinar o presente formulário, A SEU ROGO, na presença de 2 (duas) testemunhas maiores e capazes, comprometendo-se a dar-lhe ciência do inteiro teor do conteúdo, antes do preenchimento e assinatura. NECESSÁRIO ANEXAR CÓPIA DA IDENTIDADE, CPF E COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA DE TODOS.


FPS.001 V001/2018

Scanned by CamScanner





## PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

 Seguradora Líder dos  
Consórcios do Seguro DPVAT

### IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0111631/19

Número do Sinistro: 3190251114

Vítima: CARLOS ANTONIO DA SILVA JUNIOR

CPF: 054.806.564-06

Seguradora: MBM SEGURADORA S/A

Data do acidente: 16/11/2018

Titular do CPF: CARLOS ANTONIO DA  
SILVA JUNIOR

CPF de: Próprio

### DOCUMENTOS ENTREGUES

#### Sinistro

Declaração de Inexistência de IML

### ATENÇÃO

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse [www.dpvatseguro.com.br](http://www.dpvatseguro.com.br) ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

A documentação solicitada dos documentos indicados em originais, ou cópias autenticadas, precisam estar devidamente protocolados como comprovante de entrega por meio de chancela ou carimbo, e os mesmos devem ser digitalizados no ato do atendimento para inclusão no aviso de sinistro digital.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

#### Portador da documentação entregue

Data da entrega: 11/04/2019  
Nome: ANTONIO JACKSON FERREIRA  
CPF: 498.824.654-04

ANTONIO JACKSON FERREIRA

#### Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 11/04/2019  
Nome: CARLOS JURAN CARVALHO PINTO  
CPF: 395.237.804-68

CARLOS JURAN CARVALHO PINTO

Scanned by CamScanner







GOVERNO  
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

### Ficha de Acolhimento

Nome:	Carlos Antônio de Silva Nunes		
End:	Rua Onildo Ribeiro	Bairro:	Boa Vista
Data de Nascimento:	25/11/85	Documento de Identificação:	
Queixa:	Acidente	Data do Atend.:	16/11/18
Hora:	15:45	Documento:	
Acidente de trabalho?	( ) Sim ( ) Não		

Dr. *meb*

### Classificação de Risco

Nível de consciência: ( ) Bom ( ) Regular ( ) Baixo	Aspecto: ( ) Calmo ( ) Fáceis de dor ( ) Gemente
Frequência respiratória:	Frequência cardíaca:
Pressão arterial:	Temperatura axilar:
Dosagem de HGT:	Mucosas: ( ) Normocorada ( ) Pálida
Deambulação: ( ) Livre ( ) Cadeira de rodas ( ) Maca	

### Estratificação

MOD. 1

- emerg*
- (X) Vermelho - atendimento imediato  
( ) Verde - atendimento até 4 horas

- ( ) Amarelo - atendimento até 1 hora  
( ) Azul - atendimento ambulatorial

*terta Hany*  
COREN-PB 448231  
Assinatura e carimbo do profissional



21.11.18 10:00h PA 120x80 Paciente em  
pos operatorio membro inferior direito

20h PA 110x70

med  
Med







GOVERNO  
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO

HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

## REQUISIÇÃO DE EXAME

NOME: Carlos Antônio										PRONTUÁRIO: 553					
IDADE:		SEXO M <input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>		COR: B <input type="checkbox"/> P <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/>		PESO:		ALTURA:		CLÍNICA: Neurobucal		ENF.: 9		LEITO: 2	

### DADOS CLÍNICOS:

POS-OP

**RAIO X**

REALIZADO EM:

21/11/18

### MATERIAL A EXAMINAR:

### EXAMES SOLICITADOS:

Rx Joelho D, AP e Perfil

URGÊNCIA:



ROTINA:



DATA: 21.11.18

HORA DA SOLICITAÇÃO:

Dr. Euler Fabrício A. Cruz  
MR ORTOPEDIA - TRAUMATOLOGIA  
CRM-PB 9907



## Diagnóstico

Report tends to be 120 D

## FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

**PRE OP:**

Paciente	Ce 124 A ~ 13m3
----------	-----------------

Alojamento	
------------	--

Leito

Convênio	
----------	--

Data	Prescrição Médica	Horário	Evolução Médica
13/11	1 DIETA LIVRE	14 23 08	ORTOPEDIA
	2 SRI-1500ML EV-24H	14 12 24 08	
	4 DIMPONA 1G EV 8/8H		
	5 TILATIL 20 mg + AD - EV 12/12h	18 08	
	6 TRAMAL 100MG + 100ML SF EV 8/8H SE DOR		
	7 NAUSEDRON 1 FA + AD EV 8/8H SN		
	8 CLEXANE 40 UI-SC 1x/DIA		
	9 OMEPRAZOL 40MG EV JEIUM	08 18	
	10 SSW + CCGG		

13/11

18

Evolução da enfermagem

paciente confortável, deitado sobre flêxos

no momento, medicando conforme prescrição

médica seguir evolução da enfermagem

PA = 95 x 40; 07:30h

13/11 PA = 90 x 70; 20:25h

Assinatura: [Assinatura]

Depoimento: de Sousa

Téc. Enfermagem

COLEN: 03315

DATE 03



**FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO**

~~RUPURA TENDAO PATELAR~~

Paciente	9.2 - CARLOS ANTONIO			
Alojamento	3	Leito		Convênio

Data	Prescrição Médica	Horário	Evolução Médica
18/11	1 DIETA LIVRE		
	2 FELCO SALINIZADO		
	3 DIPIRONA 1g TABD EV 6/6H	12/18	BEG. estável sem intercorrências.
	4 NAUSEDRON 8mg/ml 1PA + ABD EV 8/8h SN	20/06	
	5 TILATIL 20MG + ABD EV 12/12H	18/18	
	6 CLEXANE 40MG SC AS 21H	18/18	
	7 MUDANÇA DE DECUBITO 2/2H	18/18	
	8 SSVV + CCGG	18/18	# CD: VPM

Dr. Julio Cesar Castro  
Otorrinolaringologista  
CRM/RN-9985 / CRM/RN-8320

Dr. Julio Cesar Castro  
Otorrinolaringologista  
CRM/RN-9985 / CRM/RN-8320

Dr. Julio Cesar Gastio  
Ortopedia e Traumatologia  
CRMOPB-9306 / CRMJN-9320

Dr. Julio Cesar Castro  
Ortopedia y Traumatología  
Cruces 835 / CRIMRN-83220





Data	Hora	T	P	R	PA	Diurese	Observações Enfermagem
18	8:00h	36°			120	300ml	Paciente consciente
18					80		orientado, SSU
18							estável, PA 120/80
							T 36°C, de repouso
							em sono, medicação
							segue sob
							as curadas
							da enfermagem
18	19:00h	36°			120		<del>Paciente</del>
18					80		<del>consciente,</del>
18							<del>orientado</del>
							<del>deambula,</del>
							<del>em repouso</del>
							<del>de sono, m-</del>
							<del>decação de</del>
							<del>que sob as</del>
							<del>curadas</del>
							<del>da enfermagem</del>
							<del>de repouso</del>

Scanned by CamScanner



FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

Hipertensão de tensão patológica 92/60  
seco

Paciente Carlos Antônio da Silva Alojamento 9 Leito 2 Convênio

Data	Prescrição Médica	Horário	Evolução Médica
10/11/18	1) Dor no Ligeiro		
	2) Dor no Ligeiro		
	3) Dor no Ligeiro		
	4) Dor no Ligeiro		
	5) Dor no Ligeiro		
	6) Dor no Ligeiro		
	7) Dor no Ligeiro		
	8) Dor no Ligeiro		
	9) Dor no Ligeiro		
	10) Dor no Ligeiro		
	11) Dor no Ligeiro		
	12) Dor no Ligeiro		
	13) Dor no Ligeiro		
	14) Dor no Ligeiro		
	15) Dor no Ligeiro		
	16) Dor no Ligeiro		
	17) Dor no Ligeiro		
	18) Dor no Ligeiro		
	19) Dor no Ligeiro		
	20) Dor no Ligeiro		
	21) Dor no Ligeiro		
	22) Dor no Ligeiro		
	23) Dor no Ligeiro		
	24) Dor no Ligeiro		
	25) Dor no Ligeiro		
	26) Dor no Ligeiro		
	27) Dor no Ligeiro		
	28) Dor no Ligeiro		
	29) Dor no Ligeiro		
	30) Dor no Ligeiro		

Dr. Crismanus Rodrigues da Silva  
ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA  
MÉDICO - CRM 3332

Dr. Crismanus Rodrigues da Silva  
ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA  
MÉDICO - CRM 3332



19  
33  
18

PA-350x90

Paciente consciente  
orientado, sem queixas,  
no momento, feito os  
cuidados gerais, curativos  
e segue observações de  
enfermagem. *Φ*

19  
33  
18

20:00hs Te 35 PA 150  
70

Paciente consciente, orientado,  
sem queixas no momento. *Φ*

Diurez 06:00hs 1000 ml





Republ. do Brasil

**FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO**

Convênio	2
----------	---

20/11/18

120190

Paciente estável sem  
queixas no momento  
Carls

20/11/18

120180

Paciente segue estável  
sem queixas no momento  
Carls





## DIAGNÓSTICO

DIAGNOSTICO  
Ruptura de tendão pat-  
lar D

[illegible]







**SECRETARIA DO ESTADO DE SAÚDE**  
**HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES**

Nome do Paciente		Nº Prontuário	
Célio Antônio da Silva Junior		1775305	
Data da Operação	Enf.	Leito	
21.11.18	Neurologico	9.2	
Operador		1º Auxiliar	
Dr. Bruno Brillharte		Dr. Felipe Costa	
2º Auxiliar	3º Auxiliar	Instrumentador	
Anestesia	Tipo de Anestesia		
Diagnóstico Pré-Operatório			
Ruptura de Tendon patela direita			
Tipo de Operação			
Tendonectomia			
Diagnóstico Pós-Operatório			
O mesmo			
Relatório Imediato da Patologia			
Exame Radiológico no Ato			
Sim			
Acidente Durante a Operação			
Não			

### DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

Via de Acesso - Tática e Técnica - Ligaduras - Drenagem - Sutura - Material Empregado - Aspecto Visceras

- 1) Posição em DDH pela anestesia
- 2) Anestesia + ~~os~~ drenagem + Campos estéril
- 3) Incisão em face anterior de joelho direito + drenagem por 2 canais + hemostase
- 4) Tomografia CI por 94kV m<sup>2</sup> OS
- 5) Jorra FO + Sutura + curativo

Dr. Euler Fabricio A. Cruz  
AN. CRIOPEDIA - TRAUMATOLOGIA  
CRM-PB 9867

Mod. 018

## RELATÓRIO DE OPERAÇÃO

Scanned by CamScanner





**NOTA DE SALA - CIRURGIA GERAL**

PACIENTE:		GOVERNO DA PARAIBA			
QI	LEITE	CONVÊNIO	IDADE		
Carlos Antônio da Silva Jr. DN 28/11/1985		S.U.S.	32 anos		
CIRURGIA		REGISTRO			
Trat. cirúrgico e fixação de ruptura de tendão		7775257			
ANESTESIA		CIRURGIÃO			
Raquie		Dr. Julio Cesar			
INSTRUMENTADORA		ANESTESIA			
21/11/18		Dr. Ricardo			
DATA		INÍCIO	FIM		
8:00		10:00			
Qtd.	MODIFICAÇÕES ANESTÉSICAS	Bolsa Colostoma	Qtd.	FIOS	CÓDIGO
	Adrenalina amp.	Calet. p/ Órg.		Calgut cromado Sertix	
	Atropina amp.	Calet. De Urinar Sist. Fech.		Calgut cromado Sertix	
	Diazepam amp.	Compressa Grande		Calgut cromado Sertix	
01	Dimorf. amp. 0,2 mg	Compressa Pequena		Calgut Simples	
	Dolantina amp.	Colonoide		Calgut Simples Sertix	
	Efrane ml	Dreno		Calgut Simples Sertix	
	Fenegan amp.	Dreno Kerr nº		Calgut Simples Sertix	
	Fentanil ml	Dreno Penrose nº		Cera p/ osso	
	Inova ml	Dreno Pezzer nº		Ethibond	
	Ketalar ml	Equipo de Macrogotas		Ethibond	
01	Mercaína 0,5 % ml per	Equipo de Macrogotas		Ethibond	
	Nubahin amp.	Equipo de Sangue		Fio de Algodrão Sertix	
	Pavulon amp.	Equipo de PVC		Fio de Algodrão Sertix	
	Protigmine amp.	Espardrapo Larco cm		Fio de Algodrão Sutapak	
	Protóxido l/m	Furacim ml		Fio de Algodrão Sutapak	
	Quelicin ml	Gase Pacote c/ 10 unidades		Fila cardíaca	
	Rapifen amp.	H <sub>2</sub> O, ml	02	Mononylon 2-0	
	Thionembutal ml	Intracath Adulto		Mononylon	
	Tracrium amp.	Intracath Infantil		Prolene Sertix	
Qtd.	MEDICAÇÕES	Lâmina de Bisturi nº 23		Prolene Sertix	
01	Água Destilada amp.	Lâmina de Bisturi nº 11		Prolene Sertix	
01	Decadron amp.	Lâmina de Bisturi nº 15		Prolene Sertix	
02	Dipirona amp.	Luvas 7.0	04	Vicryl Sertix 3-0	
	Flaxidol amp.	Luvas 7.5		Vicryl Sertix	
	Flebocortid amp.	Luvas 8.0		Vicryl Sertix	
	Geramicina amp.	Luvas 8.5	01	ethibond nº 05 c/ 50 unidades	
	Glicose amp.	Oxigênio l/m 2l/min			
	Glucan de Cálcio amp.	Poliflix			
	Haemacel ml.	PVPI Degemante ml			
	Heparema ml.	PVPI Tópico ml.	Qtd.	SOROS	
01	Kanakion amp.	Sabão Antisséptico	02	SG Normotérmico fr 500 ml	
	Lasix amp. nauseabio	Saco coletor	04	SG Gelado fr 500 ml	
	Medrolinazol.	Seringa desc. 10 ml	07	SG Hipotérmico fr 500 ml	p/ lavar
	Plasil amp.	Seringa desc. 20 ml		SG Ringr fr 500 ml	
	Proiamina	Seringa desc. 05 ml		SG fr 500 ml	
	Revivan amp.	Sonda	Qtd.	ORTESE E PRÓTESE	
	Stuptanon amp.	Sonda Foley			
01	Cefalotina 1g	Sonda Nasogátrica			
02	Atropina	Sonda Uretral nº			
	Uretrina	Sterydrem ml			
Qtd.	MATERIAIS / SOLUÇÕES	Torneirinha			
03	Agulha desc. 25 x 7	Vaselina ml			
	Agulha desc. 28 x 28	Gelcon 18			
01	Agulha desc. 3 x 4.5	Látex			
01	Agulha p/ raque nº 26 e 27	eletródos			
05	Álcool de Enfermagem	alg. ortopedico			
	Álcool Iodado ml				
05	Ataduras de Crepon 75				
03	Ataduras de Gessada 20				
	Azul metileno amp.				
	Benzina ml				
		EQUIPAMENTOS			
		(X) Oxímetro de Pulso	( ) Foco Auxiliar		
		( ) Serra	( ) Eletrocautério		
		( ) Desfibrilador	( ) Oxícapiógrafo		
		(X) Foco Frontal	(X) Cardiomonitor		
		( ) Fonte de Luz	(X) Perfurador Elétrico		
CIRCULANTE RESPONSÁVEL					

Adriana Ferreira Rodrigues  
TÉC. DE NEERNADEMA  
COREN - PB 432 17.

MOD 066

Scanned by CamScanner



Assinado eletronicamente por: JOSE ADRIANO FERREIRA DA SILVA - 21/08/2019 09:18:31

<http://pie.tipb.ius.br:80/pie/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19082109183131900000022959611>

Número do documento: 19082109183131900000022959611

Num. 23693641 - Pág. 1





## Diagnóstico

Regimento de Standão protestan D

## FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

Paciente	Caio Andreu	Alojamento	g.	Lello	Convênio
----------	-------------	------------	----	-------	----------

[illegible]



SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

## REQUISIÇÃO DE EXAMES

NOME:	<i>Leandro Pereira</i>										PRONTUÁRIO:	<i>36</i>
IDADE:	SEXO	COR:	PESO:	ALTURA:	CLÍNICA:	ENF.:	LEITO:					
	M <input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	B <input type="checkbox"/> P <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/>										

DADOS CLÍNICOS:

*T2*

MATERIAL A EXAMINAR:

*2x*

EXAMES SOLICITADOS:

*1. Tôm X - AP*  
*2. Bacia - AP*

*3. Joelho D - AP e Perfil*

URGÊNCIA: ☐

ROTINA: ☐

DATA:

*16/11/18*

HORA DA SOLICITAÇÃO:

*(Signature)*

Gabriel R. R. Cardozo  
Cirurgião Geral  
CRM-PB 7983  
10667

Carimbo e Assinatura do Médico







ESTADO DA PARAIBA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
HOSPITAL DE TRAUMAS DOM LUIS  
GONZAGA FERNANDES  
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS



SUS  
Sistema  
Único  
de  
Saúde

Sr(a): CARLOS ANTONIO DA SILVA JUNIOR  
Dr(a): YWRY DE PAIVA CAMARA  
Convênio: HOSPITAL DE TRAUMAS D. LUIZ G. FERNANDES

Protocolo: 0000436605  
Data: 16-11-2018 16:53  
Idade: 32 anos

RG: NÃO INFORMADO  
Origem: AREA AMARELA  
Destino: Leito - 08

HEMOGRAMA

[DATA DA COLETA: 16/11/2018 16:52]

SÉRIE VERMELHA

Eritrócitos.....  
Hemoglobina.....  
Hematócrito.....  
V.C.M.....  
C.M.....  
H.C.M.....

Resultados

4.4 milhões/mm<sup>3</sup>  
12,8 g/dL  
38,7 %  
88 fL  
29 pg  
33 g/dL

Valores de Referências

4,2 à 6,0 milhões/mm<sup>3</sup>  
13,5 à 16,0 g/dL  
40,0 à 52,5 %  
82,0 à 92,0 fL  
27,0 à 31,0 pg  
32,9 à 36,0 g/dL

SÉRIE BRANCA

Leucócitos.....  
Neutrófilos.....  
Promielócitos.....  
Mielócitos.....  
Metamielócitos.....  
Bastonetes.....  
Segmentados.....  
Eosinófilos.....  
Basófilos.....  
Linfócitos.....  
Típicos.....  
Atípicos.....  
Monócitos.....  
CONTAGEM DE PLAQUETAS.....

8.700 /mm<sup>3</sup>  
(%)  
0  
0  
0  
2,0  
82,0  
1,0  
0  
12,0  
0  
3,0  
202.000 mm<sup>3</sup>

5.000 à 10.000 /mm<sup>3</sup>  
(/mm<sup>3</sup>)  
0  
0  
0  
174  
7.134  
87  
0  
1.044  
0  
261  
20 à 70 % - 1.800 à 8.500 / mm<sup>3</sup>  
0,5 à 6,0 % - até 500 / mm<sup>3</sup>  
0 à 2,0 % - até 100 / mm<sup>3</sup>  
20 à 45 % - 1.000 à 3.500 / mm<sup>3</sup>  
2,0 à 10 % - até 1.000 / mm<sup>3</sup>  
140.000 a 400.000 mm<sup>3</sup>

OBSERVAÇÕES..... Contagens repetidas e confirmadas.

Geider Farias Cavalcanti  
Biomédico  
CRBM - 7494

Emissão : 16/11/2018 16:19 - página 1 de 2

Este laudo foi assinado digitalmente sob o número: 0D3F-4761-7AAF-AF93-3B39-B2E9-67BC-1B2A



Scanned by CamScanner



Sr(a):	CARLOS ANTONIO DA SILVA JUNIOR	Protocolo:	0000436605	RG:	NÃO INFORMADO
Dr(a):	YWRY DE PAIVA CAMARA	Data:	16-11-2018 16:53	Origem:	AREA AMARELA
Convênio:	HOSPITAL DE TRAUMAS D. LUIZ G. FERNANDES	Idade:	32 anos	Destino:	Leito - 08

TEMPO DE SANGRAMENTO ..... 2' 00''

[DATA DA COLETA: 16/11/2018 16:53]

Material: sangue

Método: Duke

Valores de Referência:  
De 1 a 3 minutos

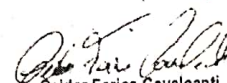
TEMPO DE COAGULACAO ..... 7' 45'' min

[DATA DA COLETA: 16/11/2018 16:53]

Material: Sangue

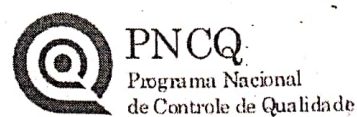
Método: Lee-White

Valores de Referência:  
De 5 a 11 minutos

  
Gelder Farias Cavalcanti  
Biomédico  
CRBM - 7494

Emissão : 16/11/2018 16:19 - Página 2 de 2

Este laudo foi assinado digitalmente sob o número: 4E3F-69E6-99DA-09DF-980E-588F-6D8E-C18B



Scanned by CamScanner



EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome: Carla Antonia Registro:                      Leito: 9-2 Setor Atual: N

2. AVALIAÇÃO GERAL

Sinais vitais: Tax:            °C; P:            bpm; FR:            irpm; PA:            mmHg; FC:            bpm; SPO2:            %

HGT:            mg/dl; Peso:            Kg; Altura:            cm Dor: (            ) Local:            Obs.:           

EXAMES LABORATORIAIS ALTERADOS:

3. AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES PSICOBIOLOGICAS

REGULAÇÃO NEUROLÓGICA

Nível de consciência: ( ☒ ) Consciente ( ☒ ) Orientado ( ☐ ) Confuso ( ☐ ) Letárgico ( ☐ ) Torporoso ( ☐ ) Comatoso ( ☐ ) Outro

GLÁSGOW(3-15):            Drogas (Sedação/Analgesia):           

Pupilas: ( ☒ ) Isocóricas ( ☐ ) Anisocóricas ( ☐ ) D>E ( ☐ ) E>D ( ☐ ) Fotorreagentes ( ☐ ) Mióticas ( ☐ ) Midríaticas

Mobilidade Física: ( ☒ ) Preservada ( ☐ ) Paresia ( ☐ ) Plegia ( ☐ ) Parestesia Local:           

Linguagem: ( ☐ ) Qual? ( ☐ ) Disfonia ( ☐ ) Afasia ( ☐ ) Disfasia ( ☐ ) Disartria.

Obs:           

OXIGENAÇÃO

Respiração: ( ☒ ) Espontânea ( ☐ ) Cateter Nasal ( ☐ ) Venturi            % l/min ( ☐ ) Traqueostomia ( ☐ ) Ayre/Tubo T

( ☐ ) VMNI ( ☐ ) VMI TOT nº            Comissura labial nº            FIO2            % PEEP            cmH2O

( ☒ ) Eupnéia; ( ☐ ) Taquipnéia ( ☐ ) Bradipnéia ( ☐ ) Dispneia ( ☐ ) Outros:           

Ausculta pulmonar: Murmúrio vesicular presente: ( ☐ ) Diminuídos ( ☐ ) D ( ☐ ) E

Ruídos adventícios: ( ☐ ) Roncos ( ☐ ) Sibilos ( ☐ ) Estridor ( ☐ ) Outros:           

Tosse: ( ☐ ) Improdutiva ( ☐ ) Produtiva Expectoração: ( ☐ ) Quantidade e aspecto:           

Aspiração: Quantidade e aspecto:            Dreno de tórax: ( ☐ ) D ( ☐ ) E ( ☐ ) Selo d'água:           

Data da inserção do dreno            /            /            Aspecto da drenagem torácica:           

Gasometria arterial: PH            PCO2            PO2            HCO3            EB            SpO2            Data:            /            /            Hora:           

PERCEÇÃO DOS ORGÃOS DOS SENTIDOS

Alteração: ( ☐ ) Visão ( ☐ ) Audição ( ☐ ) Tato ( ☐ ) Olfato ( ☐ ) Paladar Observação:           

SEGURANÇA FÍSICA

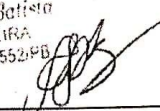
( ☒ ) Tranquilo ( ☐ ) Agitado ( ☐ ) Agressivo. ( ☐ ) Risco de queda. Observação:           

REGULAÇÃO CARDIOVASCULAR

Pulso: ( ☒ ) Regular ( ☐ ) Irregular ( ☐ ) Impalpável ( ☐ ) Filiforme ( ☐ ) Cheio.





Pele: <input checked="" type="checkbox"/> Corada <input type="checkbox"/> Hipocorada <input type="checkbox"/> Cianose <input type="checkbox"/> Sudorese <input type="checkbox"/> Fria <input type="checkbox"/> Aquecida.	
Tempo de enchimento capilar: <input type="checkbox"/> ≤ 3 segundos; <input type="checkbox"/> > 3 segundos. <input type="checkbox"/> Turgência jugular: <input type="checkbox"/>	
Drogas vasoativas: <input type="checkbox"/> Quais?	Precordialgia <input type="checkbox"/>
Ausculta cardíaca: <input checked="" type="checkbox"/> Rítmica <input type="checkbox"/> Arritmica <input type="checkbox"/> Sopro <input type="checkbox"/> Outro. Marcapasso: <input type="checkbox"/> Transitório <input type="checkbox"/> Definitivo	
Cateter vascular: <input checked="" type="checkbox"/> Periférico <input type="checkbox"/> Central <input type="checkbox"/> Dissecção. Localização: <u>MS</u>	Data da punção: <u>16/11/18</u>
Edema: <input type="checkbox"/> MMSS <input type="checkbox"/> MMII <input type="checkbox"/> Face <input type="checkbox"/> Anasarca. Observações:	
<b>ALIMENTAÇÃO E ELIMINAÇÕES (INTESTINAL E URINÁRIA)</b>	
Tipo somático: <input checked="" type="checkbox"/> Nutrido <input type="checkbox"/> Emagrecido <input type="checkbox"/> Caquético <input type="checkbox"/> Obeso.	
Dentição: <input type="checkbox"/> Completa <input type="checkbox"/> Incompleta <input type="checkbox"/> Prótese.	
Alimentação: <input checked="" type="checkbox"/> VO <input type="checkbox"/> SNG <input type="checkbox"/> SNE <input type="checkbox"/> Gastronomia <input type="checkbox"/> Jejunostomia <input type="checkbox"/> NPT; Hora: _____ Data: ____/____/____	
Alterações: <input type="checkbox"/> Inapetência <input type="checkbox"/> Disfagia <input type="checkbox"/> Intolerância alimentar <input type="checkbox"/> Vômito <input type="checkbox"/> Pirose <input type="checkbox"/> Outros:	
Abdômen: <input checked="" type="checkbox"/> Normotenso <input type="checkbox"/> Distendido <input type="checkbox"/> Tenso <input type="checkbox"/> Ascítico <input type="checkbox"/> Outros:	
RHA: <input checked="" type="checkbox"/> Normoativos <input type="checkbox"/> Ausentes <input type="checkbox"/> Diminuídos <input type="checkbox"/> Aumentados	
Eliminação intestinal: <input type="checkbox"/> Normal <input type="checkbox"/> Líquida <input checked="" type="checkbox"/> Constipado há <u>3</u> dias <input type="checkbox"/> Outros:	
Eliminação urinária: <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Retenção <input type="checkbox"/> Incontinência <input type="checkbox"/> Hematúria <input type="checkbox"/> SVD: Débito _____ ml/h;	
Aspecto: <input type="checkbox"/> Outros:	Observações:
<b>INTEGRIDADE FÍSICA E CUTÂNEO-MUCOSA</b>	
Condição da pele: <input type="checkbox"/> Íntegra <input type="checkbox"/> Ressecada <input type="checkbox"/> Equimoses <input type="checkbox"/> Hematomas <input checked="" type="checkbox"/> Escoriações <input type="checkbox"/> Outro:	
Coloração da pele: <input checked="" type="checkbox"/> Normocorada <input type="checkbox"/> Hipocorada <input type="checkbox"/> Ictérica <input type="checkbox"/> Cianótica	Turgor da pele: <input type="checkbox"/> Preservado
Condições das mucosas: <input checked="" type="checkbox"/> Úmidas <input type="checkbox"/> Secas Manifestações de sede: <input type="checkbox"/>	
Incisão cirúrgica: <input type="checkbox"/> Local/Aspecto: _____ Curativo em: ____/____/____	
Dreno: <input type="checkbox"/> Tipo/Aspecto: _____ Débito: _____	Retirado em: ____/____/____
Úlcera de pressão: <input type="checkbox"/> Estágio: _____ Local: _____	Descrição: _____ Curativo: ____/____/____
<b>CUIDADO CORPORAL</b>	
Cuidado corporal: <input type="checkbox"/> Independente <input type="checkbox"/> Dependente <input checked="" type="checkbox"/> Parcialmente dependente. Observações:	
Higiene corporal: <input checked="" type="checkbox"/> Satisfatória <input type="checkbox"/> Insatisfatória	Higiene Corporal: <input type="checkbox"/> Satisfatória <input type="checkbox"/> Insatisfatória.
Limitação física: <input type="checkbox"/> Acamado <input type="checkbox"/> Cadeira de rodas <input type="checkbox"/> Outro:	
<b>SONO E REPOUSO</b>	
<input checked="" type="checkbox"/> Preservado <input type="checkbox"/> Insônia <input type="checkbox"/> Dorme durante o dia <input type="checkbox"/> Sono Interrompido. Observações:	
<b>4 - AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES PSICOSSOCIAIS</b>	
<b>COMUNICAÇÃO, GREGÁRIA E SEGURANÇA EMOCIONAL</b>	
Comunicação: <input checked="" type="checkbox"/> Preservada <input type="checkbox"/> Prejudicada	Sentimentos e comportamentos: <input type="checkbox"/> Cooperativo <input type="checkbox"/> Medo:
<input type="checkbox"/> Ansiedade <input type="checkbox"/> Ausência de familiares/visita <input type="checkbox"/> Outros:	
<b>5 - NECESSIDADES PSICOESPIRITUAIS</b>	
<b>RELIGIÃO / RELIGIOSIDADE E/OU ESPIRITUALIDADE</b>	
Tipo: <input type="checkbox"/> Praticante <input type="checkbox"/> Não praticante. Observações:	
<b>INTERCORRÊNCIAS</b>	
<u>Paciente se queixa, segue as orientações da equipe de enfermagem.</u>	
Carimbo e Assinatura do Enfermeiro:  <b>Gabriela P. Batista</b> ENFERMEIRA COREN: 456.552/PB	
DATA: <u>16/11/18</u>	HORA: <u>9:20</u> h

FONTE: BORDINHÃO, R.C; Coleta de dados por meio de grupo focal. Porto Alegre (2009).

Scanned by CamScanner





EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome: EARLOS ANTONIO DA SILVA JR Registro:                      Leito: 9-2 Setor Atual: NEU20

2. AVALIAÇÃO GERAL

Sinais vitais: Tax:            °C; P:            bpm; FR:            irpm; PA:            mmHg; FC:            bpm; SPO2:            %

HGT:            mg/dl; Peso:            Kg; Altura:            cm Dor: (            ) Local:            Obs.:           

EXAMES LABORATORIAIS ALTERADOS:

ORTO PEDIA.

3. AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES PSICOBIOLOGICAS

REGULAÇÃO NEUROLÓGICA

Nível de consciência: (            ) Consciente (            ) Orientado (            ) Confuso (            ) Letárgico (            ) Torporoso (            ) Comatoso (            ) Outro

GLASGOW(3-15):           

Drogas (Sedação/Analgesia):           

Pupilas: (            ) Isocóricas (            ) Anisocóricas (            ) D>E (            ) E>D (            ) Fotorreagentes (            ) Mióticas (            ) Midríaticas

Mobilidade Física: (            ) Preservada (            ) Paresia (            ) Plegia (            ) Parestesia Local:           

Linguagem: (            ) Qual? (            ) Disfonia (            ) Afasia (            ) Disfasia (            ) Disartria.

Obs:           

OXIGENAÇÃO

Respiração: (            ) Espontânea (            ) Cateter Nasal (            ) Venturi            % l/min (            ) Traqueostomia (            ) Ayre/Tubo T

(            ) VMNI (            ) VMI.TOT nº            Comissura labial nº            FiO2            % PEEP            cmH2O

(            ) Eupnéia; (            ) Taquipnéia (            ) Bradipnéia (            ) Dispnéia (            ) Outros:           

Ausculta pulmonar: Murmúrio vesicular presente: (            ) Diminuídos (            ) D (            ) E

Ruídos adventícios: (            ) Roncos (            ) Sibilos (            ) Estridor (            ) Outros:           

Tosse: (            ) Improdutiva (            ) Produtiva Expectoração: (            ) Quantidade e aspecto:           

Aspiração: Quantidade e aspecto:            Dreno de tórax: (            ) D (            ) E (            ) Selo d'água:           

Data da inserção do dreno            /            /            Aspecto da drenagem torácica:           

Gasometria arterial: PH            PCO2            PO2            HCO3            EB            SpO2            Data:            /            /            Hora:           

PERCEPÇÃO DOS ÓRGÃOS DOS SENTIDOS

Alteração: (            ) Visão (            ) Audição (            ) Tato (            ) Olfato (            ) Paladar Observação:           

SEGURANÇA FÍSICA

(            ) Tranquilo (            ) Agitado (            ) Agressivo. (            ) Risco de queda. Observação:           

REGULAÇÃO CARDIOVASCULAR

Pulso: (            ) Regular (            ) Irregular (            ) Impalpável (            ) Filiforme (            ) Cheio.





Pele: <input checked="" type="checkbox"/> Corada ( ) Hipocorada ( ) Cianose ( ) Sudorese ( ) Fria ( ) Aquecida.	
Tempo de enchimento capilar: ( ) $\leq 3$ segundos; ( ) $> 3$ segundos. ( ) Turgência jugular: ( )	
Drogas vasoativas: ( ) Quais? Precordialgia ( )	
Ausculta cardíaca: ( ) Rítmica ( ) Arritmica ( ) Sopros ( ) Outros. Marcapasso: ( ) Transitório ( ) Definitivo	
Cateter vascular: ( ) Periférico ( ) Central ( ) Dissecção. Localização: Data da punção: ____/____/____	
Edema: ( ) MMSS ( ) MMII ( ) Face ( ) Anasarca. Observações:	
<b>ALIMENTAÇÃO E ELIMINAÇÕES (INTESTINAL E URINÁRIA)</b>	
Tipo somático: ( ) Nutrido ( ) Emagrecido ( ) Caquético ( ) Obeso.	
Dentição: ( ) Completa ( ) Incompleta ( ) Prótese.	
Alimentação: <input checked="" type="checkbox"/> VO ( ) SNG ( ) SNE ( ) Gastronomia ( ) Jejunostomia ( ) NPT; Hora: Data: ____/____/____	
Alterações: ( ) Inapetência ( ) Disfagia ( ) Intolerância alimentar ( ) Vômito ( ) Pirose ( ) Outros:	
Abdômen: ( ) Normotenso ( ) Distendido ( ) Tenso ( ) Ascítico ( ) Outros:	
RHA: ( ) Normoativos ( ) Ausentes ( ) Diminuídos ( ) Aumentados	
Eliminação intestinal: ( ) Normal ( ) Líquida <input checked="" type="checkbox"/> Constipado há 4 dias ( ) Outros:	
Eliminação urinária: <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea ( ) Retenção ( ) Incontinência ( ) Hematúria ( ) SVD: Débito ml/h;	
Aspecto: ( ) Outros: Observações:	
<b>INTEGRIDADE FÍSICA E CUTÂNEO-MUCOSA</b>	
Condição da pele: <input checked="" type="checkbox"/> Inteira ( ) Ressecada ( ) Equimoses ( ) Hematomas ( ) Escoriações ( ) Outro:	
Coloração da pele: <input checked="" type="checkbox"/> Normocorada ( ) Hipocorada ( ) Ictérica ( ) Cianótica Turgor da pele: ( ) Preservado	
Condições das mucosas: <input checked="" type="checkbox"/> Úmidas ( ) Secas Manifestações de sede: ( )	
Incisão cirúrgica: ( ) Local/Aspecto: Curativo em: ____/____/____	
Dreno: ( ) Tipo/Aspecto: Débito: Retirado em: ____/____/____	
Úlcera de pressão: ( ) Estágio: Local: Descrição: Curativo: ____/____/____	
<b>CUIDADO CORPORAL</b>	
Cuidado corporal: ( ) Independente ( ) Dependente <input checked="" type="checkbox"/> Parcialmente dependente. Observações:	
Higiene corporal: <input checked="" type="checkbox"/> Satisfatória ( ) Insatisfatória Higiene Corporal: ( ) Satisfatória ( ) Insatisfatória.	
Limitação física: ( ) Acamado ( ) Cadeira de rodas ( ) Outro:	
<b>SONO E REPOUSO</b>	
<input checked="" type="checkbox"/> Preservado ( ) Insônia ( ) Dorme durante o dia ( ) Sono Interrompido. Observações:	
<b>4 - AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES PSICOSSOCIAIS</b>	
<b>COMUNICAÇÃO, GREGÁRIA E SEGURANÇA EMOCIONAL</b>	
Comunicação: <input checked="" type="checkbox"/> Preservada ( ) Prejudicada Sentimentos e comportamentos: ( ) Cooperativo ( ) Medo:	
( ) Ansiedade ( ) Ausência de familiares/visita ( ) Outros:	
<b>5 - NECESSIDADES PSICOESPIRITUAIS</b>	
<b>RELIGIÃO / RELIGIOSIDADE E/OU ESPIRITUALIDADE</b>	
Tipo: ( ) Praticante ( ) Não praticante. Observações:	
<b>INTERCORRÊNCIAS</b>	
<p>paciente consciente e orientado; SSV estáveis; sem          febre; EGE; estável; segue as orientações da          equipe de enfermagem.</p> <p style="text-align: right;">Kauê Alves 328.630</p>	
Carimbo e Assinatura do Enfermeiro: DATA: 09/11/18 HORA: _____ h	

FONTE: BORDINHÃO, R.C; Coleta de dados por meio de grupo focal. Porto Alegre (2009).

Scanned by CamScanner





EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome: Carlos Antonio da Silva Junior Registro: \_\_\_\_\_ Leito: 9-2 Setor Atual: Neuro

2. AVALIAÇÃO GERAL

Sinais vitais: Tax: \_\_\_\_\_ °C; P: \_\_\_\_\_ bpm; FR: \_\_\_\_\_ irpm; PA: \_\_\_\_\_ mmHg; FC: \_\_\_\_\_ bpm; SPO2: \_\_\_\_\_ %

HGT: \_\_\_\_\_ mg/dl; Peso: \_\_\_\_\_ Kg; Altura: \_\_\_\_\_ cm Dor: ( ) Local: \_\_\_\_\_ Obs.: \_\_\_\_\_

EXAMES LABORATORIAIS ALTERADOS:

3. AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES PSICOBIOLOGICAS

REGULAÇÃO NEUROLÓGICA

Nível de consciência: (X) Consciente ( ) Orientado ( ) Confuso ( ) Letárgico ( ) Torporoso ( ) Comatoso ( ) Outro

GLASGOW(3-15): \_\_\_\_\_ Drogas (Sedação/Analgesia): \_\_\_\_\_

Pupilas: ( ) Isocóricas ( ) Anisocóricas ( ) D>E ( ) E>D ( ) Fotorreagentes ( ) Mióticas ( ) Midríaticas

Mobilidade Física: ( ) Preservada ( ) Paresia ( ) Plegia ( ) Parestesia Local: \_\_\_\_\_

Linguagem: ( ) Qual? ( ) Disfonia ( ) Afasia ( ) Disfasia ( ) Disartria.

Obs: \_\_\_\_\_

OXIGENAÇÃO

Respiração: (X) Espontânea ( ) Cateter Nasal ( ) Venturi % l/min ( ) Traqueostomia ( ) Ayre/Tubo T

( ) VMNI ( ) VMI TOT nº \_\_\_\_\_ Comissura labial nº \_\_\_\_\_ FIO2 % PEEP cmH2O

(X) Eupnéia; ( ) Taquipnéia ( ) Bradipnéia ( ) Dispnéia ( ) Outros: \_\_\_\_\_

Ausculata pulmonar: Murmúrio vesicular presente: ( ) Diminuídos ( ) D ( ) E

Ruídos adventícios: ( ) Roncos ( ) Sibilos ( ) Estridor ( ) Outros: \_\_\_\_\_

Tosse: (X) Improdutiva ( ) Produtiva Expectoração: ( ) Quantidade e aspecto: \_\_\_\_\_

Aspiração: Quantidade e aspecto: \_\_\_\_\_ Dreno de tórax: ( ) D ( ) E ( ) Selo d'água: \_\_\_\_\_

Data da inserção do dreno / / Aspecto da drenagem torácica: \_\_\_\_\_

Gasometria arterial: PH \_\_\_\_\_ PCO2 \_\_\_\_\_ PO2 \_\_\_\_\_ HCO3 \_\_\_\_\_ EB \_\_\_\_\_ SpO2 \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Hora: \_\_\_\_\_

PERCÊPÇÃO DOS ÓRGÃOS DOS SENTIDOS

Alteração: ( ) Visão ( ) Audição ( ) Tato ( ) Olfato ( ) Paladar Observação: \_\_\_\_\_

SEGURANÇA FÍSICA

(X) Tranquilo ( ) Agitado ( ) Agressivo. ( ) Risco de queda. Observação: \_\_\_\_\_

REGULAÇÃO CARDIOVASCULAR

Pulso: (X) Regular ( ) Irregular ( ) Impalpável ( ) Filiforme ( ) Cheio.





**FONTE:** BORDINHÃO, R.C; Coleta de dados por meio de grupo focal. Porto Alegre (2009).



EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome: Carlos Antonio da Silva Registro: Leito: 9-2 Setor Atual:

2. AVALIAÇÃO GERAL

Sinais vitais: Tax: °C; P: bpm; FR: irpm; PA: mmHg; FC: bpm; SPO2: %

HGT: mg/dl; Peso: Kg; Altura: cm Dor: ( ) Local: Obs.:

EXAMES LABORATORIAIS ALTERADOS:

3. AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES PSICOBIOLOGICAS

REGULAÇÃO NEUROLÓGICA

Nível de consciência: (X) Consciente ( ) Orientado ( ) Confuso ( ) Letárgico ( ) Torporoso ( ) Comatoso ( ) Outro

GLASGOW(3-15): Drogas (Sedação/Analgesia):

Pupilas: (X) Isocóricas ( ) Anisocóricas ( ) D>E ( ) E>D ( ) Fotorreagentes ( ) Mióticas ( ) Midríaticas

Mobilidade Física: ( ) Preservada ( ) Paresia ( ) Plegia ( ) Parestesia Local:

Linguagem: ( ) Qual? ( ) Disfonia ( ) Afasia ( ) Disfasia ( ) Disartria.

Obs:

OXIGENAÇÃO

Respiração: (X) Espontânea ( ) Cateter Nasal ( ) Venturi % l/min ( ) Traqueostomia ( ) Ayre/Tubo T

( ) VMNI ( ) VMI TOT nº Comissura labial nº FIO2 % PEEP cmH2O

( ) Eupnéia; ( ) Taquipnéia ( ) Bradipnéia ( ) Dispnéia ( ) Outros:

Ausulta pulmonar: Murmúrio vesicular presente: ( ) Diminuídos ( ) D ( ) E

Ruídos adventícios: ( ) Roncos ( ) Sibilos ( ) Estridor ( ) Outros:

Tosse: ( ) Improdutiva ( ) Produtiva Expectoração: ( ) Quantidade e aspecto:

Aspiração: Quantidade e aspecto: Dreno de tórax: ( ) D ( ) E ( ) Selo d'água:

Data da inserção do dreno / / Aspecto da drenagem torácica:

Gasometria arterial: PH PCO2 PO2 HCO3 EB. SpO2 Data: / / Hora:

PERCEPÇÃO DOS ÓRGÃOS DOS SENTIDOS

Alteração: ( ) Visão ( ) Audição ( ) Tato ( ) Olfato ( ) Paladar Observação:

SEGURANÇA FÍSICA

(X) Tranquilo ( ) Agitado ( ) Agressivo. ( ) Risco de queda. Observação:

REGULAÇÃO CARDIOVASCULAR

Pulso: (X) Regular ( ) Irregular ( ) Impalpável ( ) Filiforme ( ) Cheio.

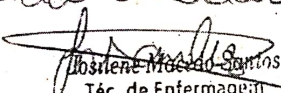






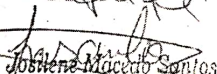
Paciente Admitido As 19 hs  
Uso da ala amarela. Coniente  
Orientado sem queixas no momento  
seguido cuidado da equipe enfermagem

16  
11  
12

  
Josiene Macedo Santos  
Téc. de Enfermagem  
COREN 719.093

19 20 hs PA 170 x 90  
11  
18

Paciente sem queixas  
no momento segue  
ao cuidado da equipe  
enfermagem

  
Josiene Macedo Santos  
Téc. de Enfermagem  
COREN 719.093



Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 02 de Abril de 2019

Nº do Pedido do Seguro DPVAT: 3190251114

Vítima: CARLOS ANTONIO DA SILVA JUNIOR

Data do Acidente: 16/11/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: ANTONIO JACKSON FERREIRA

Assunto: NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

Senhor(a), CARLOS ANTONIO DA SILVA JUNIOR

O(s) documento(s) abaixo não permitiu(ram) o atendimento ao seu pedido do Seguro DPVAT:

Declaração de Inexistência de IML incorreto(a), necessário verificar as informações e apresentar o documento com os dados corretos.

O prazo de 30 (trinta) dias para análise do pedido foi interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber a documentação complementar solicitada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 (cento e oitenta) dias, contados do recebimento desta carta, o pedido do Seguro DPVAT será cancelado.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Estamos aqui para Você

Pag. 00955/00956 - carta\_03 - INVALIDEZ



Carta nº 14136178

Scanned by CamScanner







**Poder Judiciário da Paraíba**  
**2ª Vara Cível de Campina Grande**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0820663-76.2019.8.15.0001

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Tendo em vista o teor do documento acostado ao ID 23693749, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, juntando aos autos o resultado requerimento administrativo prévio.

Campina Grande, data e assinatura digitais.



Em anexo





EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DO 2ª VARA CÍVEL DE  
CAMPINA GRANDE – PB

0820663-76.2019.8.15.0001

CARLOS ANTONIO DA SILVA JUNIOR, já cadastrado eletronicamente,  
vem, com o devido respeito, por meio dos seus procuradores, perante Vossa Excelência,  
juntar documentos solicitados de acordo com comando do despacho 24203052.

Nesses Termos.

Pede Deferimento.

Campina Grande, 04 de NOVEMBRO de 2019.

JOSÉ ADRIANO FERREIRA DA SILVA  
OAB/PB 25.491







Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 02 de Maio de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190251114

Vítima: CARLOS ANTONIO DA SILVA JUNIOR

Data do Acidente: 16/11/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: ANTONIO JACKSON FERREIRA

Assunto: PEDIDO DO SEGURO DPVAT NEGADO

Senhor(a), CARLOS ANTONIO DA SILVA JUNIOR

Após a análise dos documentos apresentados no pedido do Seguro DPVAT, a indenização foi negada, conforme esclarecemos:

Foi verificado que o dano pessoal evoluiu sem sequela definitiva, razão pela qual não foi caracterizada a invalidez permanente coberta pelo Seguro DPVAT.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores orientações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 00579/00580 - carta\_04 - INVALIDEZ

00060290



Carta nº 14260055



## **CERTIDÃO**

**CERTIFICO** que antes de cumprir o despacho retro, verifiquei que a parte promovente anexou a petição ID 25875814. Por esta razão, retorno os autos conclusos para as deliberações necessárias.

Campina Grande, 22 de novembro de 2019.

Assinado eletronicamente por SANDRA MARIA BARBOSA, Técnico(a) Judiciário(a)





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**COMARCA DE CAMPINA GRANDE**  
**2ª VARA CÍVEL**

Processo nº 0820663-76.2019.8.15.0001

AUTOR: CARLOS ANTONIO DA SILVA JUNIOR

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Vistos etc.

Demonstrada, em um juízo de cognição sumária, a hipossuficiência econômica da parte autora, **defiro o pedido de justiça gratuita**, nos termos dos arts. 98 e 99 do Código de Processo Civil.

1. A atual sistemática adotada pelo Código de Processo Civil estabelece, como regra, a designação de audiência de conciliação ou de mediação como ato subsequente ao recebimento da petição inicial das ações de procedimento comum, nos termos do art. 334, *caput*, do CPC/2015;

2. Nada obstante, o § 4º do mesmo dispositivo legal traz duas hipóteses em que a sobredita audiência não será realizada, a saber: a) se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual; b) quando não se admitir a autocomposição;

3. Assim sendo, **excepcionalmente, a sessão conciliatória poderá ser dispensada pelo juízo**, caso se enquadre em uma das duas hipóteses elencadas acima, ou, ainda, em casos de procedimentos especiais, regidos por legislações específicas e pelo próprio CPC/2015;

4. A presente demanda se insere nos casos em que, de acordo com a nova orientação do NUPEMEC, deve-se procurar evitar remeter aos CEJUSC's "feitos que demandem ações repetitivas, conhecidamente sem chance de conciliação, tais como revisionais de contrato, DPVAT, em que se tem conhecimento que as empresas tradicionalmente não fazem acordos" (Des. Leandro dos Santos, Ofício Circular 003/2018).

5. Desse modo, ainda que se tratem de direitos disponíveis, observa-se de outros processos análogos em tramitação nas varas cíveis desta comarca que **a designação da audiência de conciliação em ações envolvendo a empresa promovida vem se revelando como ato processual inútil**;





6. Por tais fundamentos, e ainda tendo por base os princípios da celeridade e da efetividade processual, insculpidos nos arts. 4º e 6º do CPC/2015, e, ainda, utilizando por analogia o art. 334, § 4º, do mesmo código, **deixo, por ora, de designar a audiência de conciliação no presente caso;**

7. Ressalte-se, por oportuno, que a não designação da audiência nesta fase processual não impede que uma sessão conciliatória seja marcada em momento posterior, a requerimento das partes ou até mesmo de ofício por este juízo, caso as circunstâncias do caso demonstrem haver utilidade na sua realização, nos termos do art. 139, V, do CPC/2015;

8. Diante do exposto, **intime-se a parte autora do teor deste despacho** e, em seguida, **cite-se a parte demandada para oferecer contestação**, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data prevista no art. 231 do CPC/2015, de acordo com o modo como for feita a citação, conforme determina o art. 335, *caput* e inciso III, do CPC/2015;

9. Advirta-se que caso a parte ré não ofereça contestação, será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados pela parte autora (art. 344 do CPC/2015), salvo as exceções previstas no art. 345 do CPC/2015;

10. Apresentada a contestação, e caso esta venha instruída com prova documental e/ou se alegue quaisquer das matérias constantes dos arts. 350 e 351 do CPC/2015, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar impugnação.

11. Por fim, intime-se para especificação de provas que pretendam produzir, ou requerimento de julgamento antecipado, no prazo comum de 15 dias.

Campina Grande, data e assinatura do sistema.







PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA  
2ª VARA CÍVEL – COMARCA DE CAMPINA GRANDE

## MANDADO DE INTIMAÇÃO

Processo nº 0820663-76.2019.8.15.0001  
AUTOR: CARLOS ANTONIO DA SILVA JUNIOR  
RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Advogado: JOSE ADRIANO FERREIRA DA SILVA OAB: PB25491  
Endereço: desconhecido

Em cumprimento a determinação proferida no processo supra indicado, **INTIMO** o(a) parte **promovente** na pessoa de seu procurador(a) e advogado(a) acima nominado(a), do teor do despacho/decisão abaixo transcrito, e para, se for o caso, cumpri-lo no prazo determinado. Segue despacho:

Processo nº 0820663-76.2019.8.15.0001

AUTOR: CARLOS ANTONIO DA SILVA JUNIOR

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Vistos etc.

Demonstrada, em um juízo de cognição sumária, a hipossuficiência econômica da parte autora, **defiro o pedido de justiça gratuita**, nos termos dos arts. 98 e 99 do Código de Processo Civil.

1. A atual sistemática adotada pelo Código de Processo Civil estabelece, como regra, a designação de audiência de conciliação ou de mediação como ato subsequente ao recebimento da petição inicial das ações de procedimento comum, nos termos do art. 334, *caput*, do CPC/2015;

2. Nada obstante, o § 4º do mesmo dispositivo legal traz duas hipóteses em que a sobredita audiência não será realizada, a saber: a) se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual; b) quando não se admitir a autocomposição;

3. Assim sendo, **excepcionalmente, a sessão conciliatória poderá ser dispensada pelo juízo**, caso se enquadre em uma das duas hipóteses elencadas acima, ou, ainda, em casos de procedimentos especiais, regidos por legislações específicas e pelo próprio CPC/2015;





4. A presente demanda se insere nos casos em que, de acordo com a nova orientação do NUPREMEC, deve-se procurar evitar remeter aos CEJUSC's "feitos que demandem ações repetitivas, conhecidamente sem chance de conciliação, tais como revisionais de contrato, DPVAT, em que se tem conhecimento que as empresas tradicionalmente não fazem acordos" (Des. Leandro dos Santos, Ofício Circular 003/2018).

5. Desse modo, ainda que se tratem de direitos disponíveis, observa-se de outros processos análogos em tramitação nas varas cíveis desta comarca que **a designação da audiência de conciliação em ações envolvendo a empresa promovida vem se revelando como ato processual inútil;**

6. Por tais fundamentos, e ainda tendo por base os princípios da celeridade e da efetividade processual, insculpidos nos arts. 4º e 6º do CPC/2015, e, ainda, utilizando por analogia o art. 334, § 4º, do mesmo código, **deixo, por ora, de designar a audiência de conciliação no presente caso;**

7. Ressalte-se, por oportuno, que a não designação da audiência nesta fase processual não impede que uma sessão conciliatória seja marcada em momento posterior, a requerimento das partes ou até mesmo de ofício por este juízo, caso as circunstâncias do caso demonstrem haver utilidade na sua realização, nos termos do art. 139, V, do CPC/2015;

8. Diante do exposto, **intime-se a parte autora do teor deste despacho** e, em seguida, **cite-se a parte demandada para oferecer contestação**, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data prevista no art. 231 do CPC/2015, de acordo com o modo como for feita a citação, conforme determina o art. 335, *caput* e inciso III, do CPC/2015;

9. Advirta-se que caso a parte ré não ofereça contestação, será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados pela parte autora (art. 344 do CPC/2015), salvo as exceções previstas no art. 345 do CPC/2015;

10. Apresentada a contestação, e caso esta venha instruída com prova documental e/ou se alegue quaisquer das matérias constantes dos arts. 350 e 351 do CPC/2015, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar impugnação.

11. Por fim, intime-se para especificação de provas que pretendam produzir, ou requerimento de julgamento antecipado, no prazo comum de 15 dias.

Campina Grande, data e assinatura do sistema.

Assinado eletronicamente por: **ANDREIA SILVA MATOS**

**30/01/2020 12:44:39**

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **27440215**



20011412310809200000026481535

Campina Grande-PB, 26 de fevereiro de 2020

De ordem, SANDRA MARIA BARBOSA

ANALISTA/TÉCNICO JUDICIÁRIO

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]



Assinado eletronicamente por: SANDRA MARIA BARBOSA - 26/02/2020 14:45:34

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20022614453394900000027527539>

Número do documento: 20022614453394900000027527539